



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025

(Processo Administrativo nº 282/2025)

ERRATA I

1) Fica ALTERADO o preâmbulo do Edital e suas replicações:

Onde se lê:

DATA INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA

Dia 11/11/2025

DATA FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA

Dia 10/11/2026

DATA DA SESSÃO

Dia 01/12/2025 às 13h (horário de Brasília)

Leia-se:

DATA INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA

Dia 02/12/2025

DATA FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA

Dia 01/12/2026

DATA DA SESSÃO

Dia 19/12/2025 às 13h (horário de Brasília)

2) Ficam ALTERADOS os subitens 3.13.1. e 3.13.2. do Edital e suas replicações:

Onde se lê:

3.13.1. A análise das propostas cadastradas no APLICATIVO CONECTA ITABIRITO até a data de 28/11/2025, será realizada em 01/12/2025.

3.13.2. A análise das propostas cadastradas no APLICATIVO CONECTA ITABIRITO entre 29/11/2025 e 16/04/2026, será realizada em 17/04/2026.

Leia-se:

3.13.1. A análise das propostas cadastradas no APLICATIVO CONECTA ITABIRITO até a data de 18/12/2025, será realizada em 19/12/2025.

3.13.2. A análise das propostas cadastradas no APLICATIVO CONECTA ITABIRITO entre 19/12/2025 e 16/04/2026, será realizada em 17/04/2026.

3) Ficam ALTERADOS os descritivos dos itens 37 e 38 da tabela do subitem 1.1. do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do Edital e suas replicações:

Onde se lê:

APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL

Bloco Musical Carnavalesco com no mínimo 20 integrantes, 5 estandartes e/ou 1 boneco habitável, com histórico de atuação no município de mínimo de 5 (cinco) anos comprovado através de release detalhado e registro fotográfico. Necessária comprovação de processo de formação contínua, através da comprovação de 2 oficinas anuais de formação para no mínimo 5 (cinco) componentes do próprio bloco. **As duas oficinas precisam ter sido ministradas entre 01 de janeiro de 2023 a 01 de fevereiro de 2024.** As oficinas deverão ser comprovadas obrigatoriamente através de apresentação certificados assinados pelo instrutor e pelos participantes, lista de presença assinada pelo instrutor e registro fotográfico da oficina. Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura Municipal de Itabirito.

Leia-se:

APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL

Bloco Musical Carnavalesco com no mínimo 20 integrantes, 5 estandartes e/ou 1 boneco habitável, com histórico de atuação no município de mínimo de 5 (cinco) anos comprovado através de release detalhado e registro fotográfico. Necessária comprovação de processo de formação contínua, através da comprovação de 2 oficinas anuais de formação para no mínimo 5 (cinco) componentes do próprio bloco. **As duas oficinas precisam ter sido ministradas entre 01 de janeiro de 2024 a 01 de fevereiro de 2025.** As oficinas deverão ser comprovadas obrigatoriamente através de apresentação certificados assinados pelo instrutor e pelos participantes, lista de presença assinada pelo instrutor e registro fotográfico da oficina. Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura Municipal de Itabirito.

4) Ficam ALTERADOS os descritivos dos itens 2, 7, 12, 18, 19, 39, 40, 41 e 42 da tabela do ANEXO V - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS do Edital:

Onde se lê:

ITEM 2 - MÚSICO LOCAL II – HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

DIPLOMA E/OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

DE CURSO (SE FOR O CASO)

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for o músico)

ITEM 7 - DUPLA LOCAL II - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

DIPLOMA E/OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

DE CURSO (SE FOR O CASO)

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for integrante da dupla)

ITEM 12 - TRIO LOCAL II - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

DIPLOMA E/OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

DE CURSO (SE FOR O CASO)

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for integrante do trio)

ITEM 18 e ITEM 19 - BANDA LOCAL II - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

DIPLOMA E/OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

DE CURSO (SE FOR O CASO)

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for integrante da banda)

ITEM 39 - ARTISTA SOLO DE TEATRO I - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

DIPLOMA E/OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

DE CURSO (SE FOR O CASO)

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for o ator)

ITEM 40 - ARTISTA SOLO DE TEATRO II - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

DIPLOMA E/OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

DE CURSO (SE FOR O CASO)

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for integrante do grupo)

ITEM 41 - GRUPO DE TEATRO LOCAL I - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

DIPLOMA E/OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

DE CURSO (SE FOR O CASO)

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for integrante do grupo)

ITEM 42 - GRUPO DE TEATRO LOCAL II - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

DIPLOMA E/OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

DE CURSO (SE FOR O CASO)

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for o artista)

Leia-se:

ITEM 2 - MÚSICO LOCAL II - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for o músico)

ITEM 7 - DUPLA LOCAL II - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for integrante da dupla)

ITEM 12 - TRIO LOCAL II - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município)

de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for integrante do trio)

ITEM 18 e ITEM 19 - BANDA LOCAL II - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for integrante da banda)

ITEM 39 - ARTISTA SOLO DE TEATRO I - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for o ator)

ITEM 40 - ARTISTA SOLO DE TEATRO II - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for o ator)

ITEM 41 - GRUPO DE TEATRO LOCAL I - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não for integrante do grupo)

ITEM 42 - GRUPO DE TEATRO LOCAL II - HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA

2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA

(1 atual e 1 comprovando residência no município
de no mínimo há 6 meses)

RELEASE

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL

RIDER TÉCNICO

CLIPPING DETALHADO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal
não integrante do grupo)

5) Fica EXCLUÍDA a alínea 5) das fichas de inscrição do ANEXO VI - FICHAS DE INSCRIÇÃO do Edital:

5) DIPLOMA E/OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO (SE FOR O CASO);

Todas as demais condições do edital e seus anexos permanecem inalteradas.

Itabirito, 28 de novembro de 2025.

Nathália Toffolo de Carvalho Suzana
Analista de Políticas Públicas
Matrícula 45.039

Marina Pedrosa Niquini
Diretora Depto de Licitações e Contratos
Matrícula 45.560

CHAMAMENTO PÚBLICO /CREDENCIAMENTO

202/2025 - PL 282/2025

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (984637)

OBJETO

Credenciamento para fins de eventual e futura contratação de serviços artísticos de músicos, duplas, trios, bandas, dj's, corais, blocos musicais, grupos e artistas de teatro, grupos e artistas de dança, blocos musicais carnavalescos, corporações musicais, escola de samba e orquestra, em diferentes estilos musicais visando a realização de programação nos eventos culturais, turísticos, esportivos e outros, realizados pela Prefeitura Municipal de Itabirito.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.655.200,00 (Dois milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais).

DATA INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA

Dia 02/12/2025

DATA FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA

Dia 01/12/2026

DATA DA SESSÃO

Dia 19/12/2025 às 13h (horário de Brasília)

PORTAL ELETRÔNICO

COMPRAS.GOV.BR disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e
<https://itabirito.mg.gov.br/>



O CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO DEVERÁ SER EFETUADO VIA APLICATIVO CONECTA ITABIRITO. O ACESSO PODERÁ SER EFETUADO ATRAVÉS DO QRCODE OU LINK:
<https://itabiritomg.appciudades.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Os interessados serão remunerados de acordo com os valores previamente estabelecidos definidos nos Anexos deste Edital.

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025

(Processo Administrativo nº: 282/2025)

Torna-se público que o(a) Município de Itabirito/MG, por meio do(a) Diretoria de Licitações e Contratos, sediado(a) Avenida Queiroz Júnior, 635, Praia, realizará no período indicado neste Edital, a seleção e o Credenciamento para fins de eventual e futura contratação de serviços artísticos de músicos, duplas, trios, bandas, dj's, corais, blocos musicais, grupos e artistas de teatro, grupos e artistas de dança, blocos musicais carnavalescos, corporações musicais, escola de samba e orquestra, em diferentes estilos musicais visando a realização de programação nos eventos culturais, turísticos, esportivos e outros, realizados pela Prefeitura Municipal de Itabirito, com critério de julgamento Menor Preço por Item, na hipótese do art. 79, inciso I, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 14.754, de 10 de fevereiro de 2023, e demais normas aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Edital é o Credenciamento para fins de eventual e futura contratação de serviços artísticos de músicos, duplas, trios, bandas, dj's, corais, blocos musicais, grupos e artistas de teatro, grupos e artistas de dança, blocos musicais carnavalescos, corporações musicais, escola de samba e orquestra, em diferentes estilos musicais visando a realização de programação nos eventos culturais, turísticos, esportivos e outros, realizados pela Prefeitura Municipal de Itabirito, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Edital os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e, **exclusivamente, as pessoas jurídicas** que atendam as condições deste Edital e seus Anexos, obedecida a legislação em vigor e observadas as condições de habilitação dispostas no Termo de Referência e anexos deste edital.

2.2. A participação no presente chamamento público ocorrerá por meio do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.2.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.2.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Compras do Governo Federal, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Credenciamento;

2.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4. Pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio;

2.3.5. Pessoas jurídicas com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas;

2.3.6. Pessoas jurídicas em dissolução ou em liquidação;

2.3.7. As empresas impedidas de contratar com a administração pública municipal, nos termos do §4º do art. 156 da Lei n.14.133/2021.

2.3.8. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.8.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.8.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.4.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no [art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#).

2.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

3.1. O ingresso do fornecedor ocorrerá com o cadastramento de sua proposta, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Edital, encaminhará, **exclusivamente por meio do APLICATIVO CONECTA ITABIRITO**, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data fim de recebimento de propostas estabelecidos no procedimento.

3.2.1. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. O fornecedor deverá enviar as seguintes declarações (**Modelo - Anexo IV**), juntamente com os documentos de habilitação:

3.9.1. De que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.9.2. De que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;

3.9.3. De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.9.4. De que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

3.9.5. De que não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Municipal nas funções de gerência ou administração, ou servidor do órgão ou entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.9.6. De que não há sanções vigentes que legalmente o proibam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade contratante;

3.9.7. De que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.12. O Edital de Credenciamento permanecerá aberto em fluxo contínuo durante todo o ano, exclusivamente no sistema eletrônico indicado, permitindo a qualquer tempo a inserção/atualização de documentos e o cadastramento de proposta pelos interessados.

3.13. Para fins de análise, habilitação, avaliação de propostas, adjudicação e ratificação, serão observados os seguintes termos:

3.13.1. A análise das propostas cadastradas no APLICATIVO CONECTA ITABIRITO até a data de 18/12/2025, será realizada em 19/12/2025.

3.13.2. A análise das propostas cadastradas no APLICATIVO CONECTA ITABIRITO entre 19/12/2025 e 16/04/2026, será realizada em 17/04/2026.

3.13.3. A análise das propostas cadastradas no APLICATIVO CONECTA ITABIRITO a partir de 17/04/2026 será realizada bimestralmente.

3.14. Inscrições e documentos enviados após cada data-limite indicada no item 1.3.7. serão automaticamente alocados para o ciclo subsequente, observando-se a próxima data prevista para análise das propostas.

3.15. Somente os proponentes adjudicados e ratificados até as respectivas datas de cada ciclo estarão aptos a se apresentar nas festividades/execuções vinculadas àquele ciclo.

3.16. A mera inserção de documentos e/ou a inscrição no sistema não geram direito subjetivo à contratação. A inscrição, a habilitação e a efetiva condição de prestação dos serviços somente se consolidam após a conclusão de todos os trâmites e prazos previstos neste Edital, em especial os do item 1.3.7.

3.17. O credenciamento em fluxo contínuo tem por finalidade facilitar a inscrição e a atualização documental a qualquer tempo; entretanto, a efetivação da adjudicação e ratificação dependerá da análise das propostas nas datas previstas.

3.18. Os credenciados adjudicados e ratificados não precisarão de se credenciar novamente no próximo ciclo de análise de propostas.

4. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 4.1. Na data estipulada da sessão, o Agente de Contratação realizará o julgamento das propostas.
- 4.2. Caso sejam credenciados mais de um interessado, a quantidade de serviços será dividida/rateada entre todos os credenciados.
- 4.3. Será desclassificada a proposta que:
 - 4.3.1. Esteja divergente dos valores constantes dos Anexos do Edital;
 - 4.3.2. Contiver vícios insanáveis;
 - 4.3.3. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 4.3.4. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 4.3.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 4.3.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 4.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, desde que não haja majoração do preço.
 - 4.5.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 4.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, inclusive sobre planilhas de composição de custos, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, independentemente de o profissional pertencer a equipe de apoio.
- 4.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

5. HABILITAÇÃO

- 5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência.
 - 5.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor/prestador, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 5.2.1. SICAF;
 - 5.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 5.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
 - 5.2.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://www.certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 5.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 5.4. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

- 5.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 5.4.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 5.4.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 5.6. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 5.6.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na estipulada da sessão, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 5.6.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 5.6.3. A verificação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e às bases de dados oficiais constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, podendo ser realizada, de ofício, em sede de diligência, inclusive no tocante a documentos eventualmente não apresentados.
- 5.7. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 5.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 5.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 5.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 5.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 5.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.13. Para fins de análise da habilitação quanto ao cumprimento das documentações técnicas e/ou econômico-financeira, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, independentemente de o profissional pertencer a equipe de apoio.
- 5.14. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 5.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:
- 6.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 6.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 6.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

- 6.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 6.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 6.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 6.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 6.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 6.1.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 6.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 6.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, por qualquer das infrações dos subitens 6.1.1 a 6.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 6.1.2 a 6.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 6.1.8 a 6.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 6.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))
- 6.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 6.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))
- 6.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 6.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da](#)

[Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 6.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 6.10. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.11. As peculiaridades do caso concreto;
- 6.12. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.13. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 6.14. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 6.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))
- 6.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))
- 6.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

7. DOS RECURSOS

- 7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 7.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 7.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 7.3.3. O recurso deverá ser apresentado preferencialmente na forma eletrônica, encaminhados para o e-mail licitacao@pmi.mg.gov.br sob pena de não acolhimento.

7.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://itabirito.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelos seguintes meios: preferencialmente na forma eletrônica, encaminhados para o e-mail licitacao@pmi.mg.gov.br.

8.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

8.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo Agente de Contratação, bem como da perda do direito ao benefício previsto na Lei Complementar nº 123/06.

9.3. Tendo em vista a limitação de alteração do Edital após publicação no site <http://www.comprasnet.gov.br/>, caso haja necessidade de publicação de erratas ou esclarecimentos, os mesmos serão disponibilizados no sítio eletrônico deste município, através do link <https://itabirito.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>, sendo de responsabilidade dos licitantes o acompanhamento de eventuais alterações.

9.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.5. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.7. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.8. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.9. Nos casos de divergência entre as especificações do objeto descritas na relação de itens do site <http://www.comprasnet.gov.br> e as especificações do Edital, a licitante deverá considerar as descrições do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

9.10. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.11.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 9.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta
- 9.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
- 9.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração
- 9.11.5. ANEXO V - Planilha de Especificação dos Serviços
- 9.11.6. ANEXO VI – Fichas de Inscrição
- 9.11.7. ANEXO VII – Modelo de Carta de Representatividade
- 9.11.8. ANEXO VIII – Modelo de Carta de Exclusividade
- 9.11.9. ANEXO IX - Calendário de Eventos Previstos
- 9.11.1. ANEXO X - Modelo de Declaração de Co Residência

Itabirito, 28 de novembro de 2025.

Nathália Toffolo de Carvalho Suzana
Analista de Políticas Públicas
Matrícula 45.039

Marina Pedrosa Niquini
Diretora Depto de Licitações e Contratos
Matrícula 45.560

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025

(Processo Administrativo nº 282/2025)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 CREDENCIAMENTO PARA FINS DE EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS DE MÚSICOS, DUPLAS, TRIOS, BANDAS, DJ'S, CORAIS, BLOCOS MUSICAIS, GRUPOS E ARTISTAS DE TEATRO, GRUPOS E ARTISTAS DE DANÇA, BLOCOS MUSICAIS CARNAVALESCOS, CORPORAÇÕES MUSICAIS, ESCOLA DE SAMBA E ORQUESTRA, EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS VISANDO A REALIZAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO NOS EVENTOS CULTURAIS, TURÍSTICOS, ESPORTIVOS E OUTROS, REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Produto	CATSER	Descrição	Observação	UN	Qtde.	Preço Unit.	Total
001	27343	15830	MÚSICO LOCAL I	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Voz e instrumento, ou apresentação instrumental. O músico local deverá comprovar experiência profissional através de release detalhado e/ou Currículo Musical com Registro Fotográfico. As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	UN	2	R\$ 350,00	R\$ 700,00
002	27358	15830	MÚSICO LOCAL II	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Voz e instrumento, ou apresentação instrumental. O músico Local deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	UN	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
003	27373	15830	MÚSICO LOCAL III	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Voz e instrumento, ou apresentação instrumental. O músico Local deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores 2ao mês de fevereiro de 2024, sendo que 1 (um) destes contratos mais recentes deve comprovar atuação regional e/ou estadual. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	UN	2	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00
004	27388	15830	MÚSICO LOCAL IV	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Voz e instrumento, ou apresentação instrumental. O músico local deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços	UN	2	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00



				ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento de EP com no mínimo 4 músicas e/ou 4 singles lançados e/ou Álbum de música, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.				
005	27404	15830	MÚSICO LOCAL V	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Voz e instrumento, ou apresentação instrumental. O músico local deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento no mínimo 10 singles e/ou 2 álbuns com no mínimo 8 músicas cada álbum, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	UN	2	R\$ 1.100,00	R\$ 2.200,00
006	13582	15830	DUPLA LOCAL I	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Dupla musical (podendo ser apresentação instrumental). A dupla local deverá comprovar experiência profissional através de release detalhado da banda e/ou Currículo Musical com Registro fotográfico. As apresentações devem ter sido realizadas exclusivamente no formato proposto no credenciamento. As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	UN	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
007	13597	15830	DUPLA LOCAL II	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Dupla musical local (podendo ser apresentação instrumental). A dupla deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	UN	2	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00
008	13612	15830	DUPLA LOCAL III	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Dupla musical local (podendo ser apresentação instrumental). A dupla deverá ter experiência profissional comprovada	UN	4	R\$ 1.800,00	R\$ 7.200,00

				através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024, sendo que 1 (um) destes contratos mais recentes deve comprovar atuação regional e/ou estadual. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.				
009	13627	15830	DUPLA LOCAL IV	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Dupla musical local (podendo ser apresentação instrumental). A dupla deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento de EP com no mínimo 4 músicas e/ou 4 singles lançados e/ou Álbum de música, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto. Exclusivamente no formato proposto.	UN	4	R\$ 1.800,00	R\$ 7.200,00
010	13642	15830	DUPLA LOCAL V	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Dupla musical local (podendo ser apresentação instrumental). A dupla deverá ter experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento no mínimo 10 singles lançados e/ou 2 álbuns com no mínimo 8 músicas cada álbum, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	UN	2	R\$ 2.200,00	R\$ 4.400,00
011	40899	15830	TRIO LOCAL I	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical local com 03 componentes com experiência profissional comprovada através de Release detalhado da banda e/ou Currículo Musical dos integrantes com Registro fotográfico. As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	UN	2	R\$ 1.050,0000	R\$ 2.100,0000
012	40918	15830	TRIO LOCAL II	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical local com 03 componentes. O trio deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais,	UN	2	R\$ 2.100,00	R\$ 4.200,00



				sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.				
013	40937	15830	TRIO LOCAL III	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical local com 03 componentes. O trio deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024, sendo que 1 (um) destes contratos mais recentes deve comprovar atuação regional e/ou estadual. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	UN	4	R\$ 2.700,00	R\$ 10.800,00
014	40956	15830	TRIO LOCAL IV	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical local com 03 componentes. O trio deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 contratos dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento de EP com no mínimo 4 músicas e/ou 4 singles lançados e/ou Álbum de música, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	UN	4	R\$ 2.700,00	R\$ 10,800,00
015	40971	15830	TRIO LOCAL V	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical local com 03 componentes. O trio deverá ter experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 contratos dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento no mínimo 10 singles lançados e/ou 2 álbuns com no mínimo 8 músicas cada álbum, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	UN	2	R\$ 3.300,00	R\$ 6.600,00
016	2922	15830	BANDA LOCAL I	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 2 Contratos de	UN	6	R\$ 2.500,00	R\$ 15.000,00

				Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 1 dos 2 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.				
017	2955	15830	BANDA LOCAL I EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 2 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 1 dos 2 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. .	UN	8	R\$ 3.750,00	R\$ 30.000,00
018	2956	15830	BANDA LOCAL II	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	UN	15	R\$ 5.500,00	R\$ 82.500,00
019	2962	15830	BANDA LOCAL II EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	UN	22	R\$ 8.250,00	R\$ 181.500,00
020	2990	15830	BANDA LOCAL III	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024, sendo que 1 (um) destes contratos mais recentes deve comprovar atuação regional e/ou estadual. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	UN	23	R\$ 7.000,00	R\$ 161.000,00
021	3023	15830	BANDA LOCAL III EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024, sendo que 1 (um) destes contratos mais recentes deve comprovar atuação regional e/ou estadual. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro	UN	32	R\$ 10.500,00	R\$ 336.000,00

				fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. .				
022	3024	15830	BANDA LOCAL IV	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes. O Grupo deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento de EP com no mínimo 4 músicas e/ou 4 singles lançados e/ou Álbum de música, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	UN	15	R\$ 7.000,0000	R\$ 105.000,00
023	3025	15830	BANDA LOCAL IV EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes. O Grupo deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento de EP com no mínimo 4 músicas e/ou 4 singles lançados e/ou Álbum de música, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	UN	15	R\$ 10.500,00	R\$ 157.500,00
024	3053	15830	BANDA LOCAL V	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes. O Grupo deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento no mínimo 10 singles e/ou 2 álbuns com no mínimo 8 músicas cada álbum, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	UN	7	R\$ 8.500,00	R\$ 59.500,00



025	3054	15830	BANDA LOCAL V EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes. O Grupo deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento no mínimo 10 singles e/ou 2 álbuns com no mínimo 8 músicas cada álbum, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	UN	12	R\$ 12.750,00	R\$ 153.000,00
026	3082	15830	BANDA LOCAL VI BANDA DE BAILE	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 06 músicos, 03 cantores e 04 bailarinos com experiência profissional comprovada através de 10 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 10 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024 e Release detalhado com Registro fotográfico. Banda de Baile é aquela que apresenta músicas de diversos estilos musicais respeitando os arranjos e estéticas originais.	UN	1	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
027	3083	15830	BANDA LOCAL VI EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST BANDA DE BAILE	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo Musical Local com no mínimo 06 músicos, 03 cantores e 04 bailarinos com experiência profissional comprovada através de 10 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 10 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024 e Release detalhado com Registro fotográfico. Banda de Baile é aquela que apresenta músicas de diversos estilos musicais respeitando os arranjos e estéticas originais.	UN	2	R\$ 18.000,00	R\$ 36.000,00
028	13444	15830	DJ LOCAL I	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL DJ Local com experiência profissional. Release detalhado da banda e/ou Currículo Musical com Registro fotográfico. As apresentações devem ter sido realizadas exclusivamente no formato proposto no credenciamento. As apresentações devem ter sido realizadas exclusivamente em formato solo.	UN	4	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00
029	13449	15830	DJ LOCAL I EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL DJ Local com experiência profissional. Release detalhado da banda e/ou Currículo Musical com Registro fotográfico. As apresentações devem ter sido realizadas exclusivamente no formato proposto no credenciamento. As apresentações devem ter sido realizadas exclusivamente em formato solo.	UN	4	R\$ 1.350,00	R\$ 5.400,00

030	13450	15830	DJ LOCAL II	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL DJ Local com experiência profissional comprovada através de 10 Contratos de Prestação de Serviços e Release detalhado com Registro fotográfico.	UN	14	R\$ 1.900,00	R\$ 26.600,00
031	13455	15830	DJ LOCAL II EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL DJ Local com experiência profissional comprovada através de 10 Contratos de Prestação de Serviços e Release detalhado com Registro fotográfico.	UN	12	R\$ 2.850,00	R\$ 34.200,00
032	11351	15830	CORAL LOCAL I	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Coral Local com até 20 integrantes com histórico comprovado através de release detalhado com registro fotográfico e comprovação de atuação mínima de 2 anos no município de Itabirito.	UN	2	R\$ 5.000,0000	R\$ 10.000,00
033	11354	15830	CORAL LOCAL II	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Coral Local com mais de 20 integrantes com histórico profissional comprovado através de release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). Deverá ser apresentada documentação que comprove existência do coral há mais de 10 anos	UN	4	R\$ 8.000,00	R\$ 32.000,00
034	11357	15830	CORAL LOCAL III	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Coral Local com mais de 40 integrantes com histórico profissional comprovado através de release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 5). Deverá ser apresentada documentação que comprove existência do coral há mais de 25 anos	UN	4	R\$ 10.000,00	R\$ 40.000,00
035	4054	15830	BLOCO MUSICAL CARNAVALES CO LOCAL I	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Bloco Musical Carnavalesco com no mínimo 20 integrantes com histórico de atuação no município de mínimo de 2 anos comprovado através de release detalhado, registro fotográfico. Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura Municipal de Itabirito.	UN	4	R\$ 10.000,00	R\$ 40.000,00
036	4055	15830	BLOCO MUSICAL CARNAVALES CO LOCAL I EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Bloco Musical Carnavalesco com no mínimo 20 integrantes com histórico de atuação no município de mínimo de 2 anos	UN	14	R\$ 15.000,00	R\$ 210.000,00

				comprovado através de release detalhado, registro fotográfico. Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura Municipal de Itabirito.				
037	4056	15830	BLOCO MUSICAL CARNAVALES CO LOCAL II	<p>APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL</p> <p>Bloco Musical Carnavalesco com no mínimo 20 integrantes, 5 estandartes e/ou 1 boneco habitável, com histórico de atuação no município de mínimo de 5 (cinco) anos comprovado através de release detalhado e registro fotográfico. Necessária comprovação de processo de formação contínua, através da comprovação de 2 oficinas anuais de formação para no mínimo 5 (cinco) componentes do próprio bloco. As duas oficinas precisam ter sido ministradas entre 01 de janeiro de 2024 a 01 de fevereiro de 2025. As oficinas deverão ser comprovadas obrigatoriamente através de apresentação certificados assinados pelo instrutor e pelos participantes, lista de presença assinada pelo instrutor e registro fotográfico da oficina. Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura Municipal de Itabirito.</p>	UN	6	R\$ 15.000,00	R\$ 90.000,00
038	4057	15830	BLOCO MUSICAL CARNAVALES CO LOCAL II EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	<p>APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL</p> <p>Bloco Musical Carnavalesco com no mínimo 20 integrantes, 5 estandartes e/ou 1 boneco habitável, com histórico de atuação no município de mínimo de 5 (cinco) anos comprovado através de release detalhado e registro fotográfico. Necessária comprovação de processo de formação contínua, através da comprovação de 2 oficinas anuais de formação para no mínimo 5 (cinco) componentes do próprio bloco. As duas oficinas precisam ter sido ministradas entre 01 de janeiro de 2024 a 01 de fevereiro de 2025. As oficinas deverão ser comprovadas obrigatoriamente através de apresentação certificados assinados pelo instrutor e pelos participantes, lista de presença assinada pelo instrutor e registro fotográfico da oficina. Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura Municipal de Itabirito.</p>	UN	18	R\$ 22.500,00	R\$ 405.000,00
039	2325	15830	ARTISTA SOLO DE TEATRO I ATOR	<p>APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL</p> <p>Ator/Atriz local com histórico comprovado através release detalhado com Registro fotográfico.</p>	UN	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
040	2327	15830	ARTISTA SOLO DE TEATRO II ATOR	<p>APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL</p> <p>Ator/Atriz local com histórico profissional. O artista deverá comprovar experiência profissional através de 2 Contratos de Prestação de Serviços e Release detalhado com Registro fotográfico.</p>	UN	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
041	18975	15830	GRUPO DE TEATRO LOCAL I	<p>APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL</p> <p>Grupo de Teatro local com histórico através release detalhado com Registro fotográfico.</p>	UN	2	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00

042	18976	15830	GRUPO DE TEATRO LOCAL II	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo de Teatro local com histórico profissional. O Grupo deverá comprovar experiência profissional através de 2 Contratos de Prestação de Serviços e Release detalhado com Registro fotográfico.	UN	6	R\$ 7.000,00	R\$ 42.000,00
043	11473	15830	CORPORACAO MUSICAL LOCAL	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Corporação Musical local com histórico comprovado através release detalhado com Registro fotográfico.	UN	2	R\$ 9.000,00	R\$ 18.000,00
044	11475	15830	CORPORACÃO MUSICAL LOCAL EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Corporação Musical local com histórico comprovado através release detalhado com Registro fotográfico.	UN	12	R\$ 13.500,00	R\$ 162.000,00
045	18972	15830	GRUPO DE SERESTA LOCAL	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo de Seresta Local com no mínimo 10 integrantes com histórico comprovado através release detalhado com Registro fotográfico	UN	4	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00
046	18973	15830	GRUPO DE SERESTA LOCAL EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo de Seresta Local com no mínimo 10 integrantes com histórico comprovado através release detalhado com Registro fotográfico	UN	2	R\$ 7.500,00	R\$ 15.000,00
047	18969	15830	GRUPO DE FANFARRA LOCAL	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Grupo de Fanfarra Local com no mínimo 15 integrantes com histórico comprovado através release detalhado com Registro fotográfico;	UN	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
048	176555	15830	ESCOLA DE SAMBA LOCAL	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Escola de samba com bateria de no mínimo 20 integrantes, 1 puxador de samba, 1 carro alegórico, 1 Mestre Sala, 1 Porta bandeira, com histórico de atuação no município de mínimo de 5 (cinco) anos comprovado através de release detalhado e registro fotográfico e documentos que comprovem tal atuação. Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura Municipal de Itabirito. Quando for determinado pela Prefeitura Municipal de Itabirito que o show será realizado em palco, fica dispensada a presença do carro alegórico.	UN	1	R\$15.000,00	R\$ 15.000,00
049	176556	15830	ESCOLA DE SAMBA LOCAL EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Escola de samba com bateria de no mínimo 20 integrantes, 1 puxador de samba, 1 carro alegórico, 1 Mestre Sala, 1 Porta bandeira, com histórico de atuação no município de mínimo de 5 (cinco) anos comprovado através de release detalhado e registro fotográfico e documentos que comprovem tal atuação. Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura Municipal de Itabirito. Quando for determinado pela Prefeitura Municipal de Itabirito que o show será realizado em	UN	2	R\$ 22.500,00	R\$ 45.000,00

				palco, fica dispensada a presença do carro alegórico.				
050	176567	15830	ORQUESTRA LOCAL	APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL Orquestra local com histórico comprovado de pelo menos 12 componentes através release detalhado com Registro fotográfico.	UN	2	R\$ 12.000,00	R\$ 24.000,00

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) publicação dos habilitados, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3 Cláusula — Renovação Anual do Credenciamento e Descredenciamento a Pedido

1.3.1 O credenciamento de que trata este Edital será renovado anualmente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, condicionado à manutenção das condições de habilitação (jurídica, fiscal, trabalhista, e técnica), à ausência de sanções impeditivas de contratar com a Administração e, quando solicitado, à atualização/reanálise da documentação no sistema eletrônico indicado.

1.3.2 Os proponentes já credenciados terão sua situação renovada de forma automática a cada ciclo anual, dispensada manifestação expressa, desde que cumpridos os requisitos do item anterior e inexistentes impedimentos legais.

1.3.3 O credenciado poderá, a qualquer tempo, requerer seu descredenciamento voluntário mediante protocolo de pleito específico no sistema/órgão competente. O descredenciamento produzirá efeitos a partir da data do protocolo/requisição, sem efeitos retroativos, e não exonera o credenciado do cumprimento das obrigações já assumidas nem da responsabilidade por eventuais sanções aplicáveis por fatos anteriores.

1.3.4 A Administração poderá solicitar complementações e promover verificações periódicas para assegurar a continuidade dos requisitos habilitatórios. A não apresentação ou a perda superveniente de requisitos implicará a não renovação e/ou o descredenciamento, observado o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

1.3.5 A seleção de credenciamento não estabelece obrigação à Prefeitura Municipal de Itabirito de efetuar qualquer contratação, constituindo apenas cadastro de credenciados aptos a atenderem as demandas no decorrer do período estabelecido, período durante o qual os credenciados poderão ser convocados nas oportunidades e quantidades que a secretaria necessitar, caso atendam as especificações de cada evento e público-alvo.

1.3.6. O Edital de Credenciamento permanecerá aberto em fluxo contínuo durante todo o ano, exclusivamente no sistema eletrônico indicado, permitindo a qualquer tempo a inserção/atualização de documentos e o cadastramento de proposta pelos interessados.

1.3.7 Para fins de análise, habilitação, avaliação de propostas, adjudicação e ratificação, serão observados os seguintes termos:

1.3.7.1. A análise das propostas cadastradas no APLICATIVO CONECTA ITABIRITO até a data de 18/12/2025, será realizada em 19/12/2025.

1.3.7.2. A análise das propostas cadastradas no APLICATIVO CONECTA ITABIRITO entre 19/12/2025 e 16/04/2026, será realizada em 17/04/2026.

1.3.7.3. A análise das propostas cadastradas no APLICATIVO CONECTA ITABIRITO a partir de 17/04/2026 será realizada bimestralmente.

1.3.8 Inscrições e documentos enviados após cada data-limite indicada no item 1.3.7. serão automaticamente alocados para o ciclo subsequente, observando-se a próxima data prevista para análise das propostas.

1.3.9 Somente os proponentes adjudicados e ratificados até as respectivas datas de cada ciclo estarão aptos a se apresentar nas festividades/execuções vinculadas àquele ciclo.

1.3.10 A mera inserção de documentos e/ou a inscrição no sistema não geram direito subjetivo à contratação. A inscrição, a habilitação e a efetiva condição de prestação dos serviços somente se consolidam após a conclusão de todos os trâmites e prazos previstos neste Edital, em especial os do item 1.3.7.

1.3.11 O credenciamento em fluxo contínuo tem por finalidade facilitar a inscrição e a atualização documental a qualquer tempo; entretanto, a efetivação da adjudicação e ratificação dependerá da análise das propostas nas datas previstas.

1.3.12 Os credenciados adjudicados e ratificados não precisarão de se credenciar novamente no próximo ciclo de análise de propostas.

2. DOS LOTES

2.1. Do agrupamento de itens em lotes:

2.1.1 Na presente contratação não haverá agrupamento de item distintos em lotes.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) Implementação de práticas de gerenciamento de resíduos que promovam a redução, reutilização e reciclagem de materiais durante os eventos realizados pela administração pública;
- b) Utilização de materiais reciclados, biodegradáveis ou meios eletrônicos para produção de material de divulgação;
- c) Preferência por equipamentos de som e iluminação com selo de eficiência energética (como Procel ou similar);
- d) Garantir a participação de artistas de diferentes gêneros, etnias e origens culturais nos eventos;
- e) Implementação de políticas rigorosas contra discriminação e assédio;
- f) Envolver artistas em iniciativas sociais e comunitárias, promovendo o bem-estar local;

- g) Garantir credenciamento que ofereça condição de trabalho segura e remuneração justa para todos os envolvidos;
- h) Criar uma política de sustentabilidade clara e abrangente, a ser seguida por todos os artistas e organizadores de eventos.
- i) Promover a conscientização e disseminação de boas práticas sustentáveis.

5.2. Da participação de consórcios

5.2.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm de executar os serviços de forma independente.

5.3. Indicação de Marcas ou Modelos

5.3.1. Não serão exigidas marcas ou modelos para a contratação.

5.4. Da Vedação de Utilização de Marca/Produto na Execução do Serviço

5.4.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

5.5. Da Exigência de Amostra:

5.5.1. Não será exigida a apresentação de amostra nessa contratação.

5.6. Da exigência de carta de solidariedade

5.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

5.7. Subcontratação

5.7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.8. Garantia da contratação

5.8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5.9. Vistoria

5.9.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de execução

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.2. O serviço será realizado de acordo com as demandas das Secretarias podendo ser na sede ou distritos da cidade de Itabirito/MG.

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

6.1.3.1 Início da execução do objeto: a partir do envio da emissão da ordem de serviço;

6.2. Local e Horário da prestação dos serviços

6.2.1. As datas dos eventos serão fixadas oportunamente, de acordo com o interesse público e a disponibilidade financeira.

6.3. Rotinas a serem cumpridas

6.3.1 Um mesmo CNPJ poderá representar diferentes PROPONENTES numa mesma Subcategoria conforme Anexo V - Planilha de Especificação dos Serviços.

6.3.2 A contratação da banda e/ou artista será feita por sorteio e seguirá os critérios abaixo, INDEPENDENTEMENTE da ordem, observada a programação que originou a solicitação:

6.3.3 Inscrição para o objeto e subcategorias;

6.3.4 Adequabilidade a temática artística, cultural e/ou social do Evento;

6.3.5 Estilo e ou Identidade Musical.

6.3.6 A bem do interesse público poderá ser utilizado qualquer dos critérios acima elencados, podendo inclusive a administração pública acumular critérios;

6.3.7 O PROPONENTE somente será credenciado em uma subcategoria dentro mesma CATEGORIA. No caso de inscrição para mais de uma subcategoria dentro da mesma CATEGORIA, de acordo com o ANEXO V- Planilha de Especificação dos Serviços, o PROPONENTE será credenciado somente na categoria de maior cachê;

6.3.8 Será necessária uma inscrição para cada Subcategoria a qual o PROPONENTE pretenderá se credenciar;

6.3.9 A contratação dos credenciados seguirá um sistema de Rodízio, oportunizando-se igualitariamente a participação de projetos artísticos de mesmo formato de apresentação (músico, dupla, trio, banda, bloco carnavalesco musical, corporação musical, etc) e estilo musical (Forró, Sertanejo, MPB/Bossa Nova, Etc), de modo que o contemplado apenas participará de novo sorteio após a contemplação da totalidade dos demais participantes de mesmo formato de apresentação e estilo musical;

6.3.10 O item acima é válido para projetos musicais. Para projetos de finalidade cênica, será considerado apenas o formato (artista solo de teatro e grupo de teatro);

6.3.11 O credenciado que for sorteado e não tiver disponibilidade de realizar apresentação no evento para o qual foi designado, será, de igual maneira, considerado contemplado e seguirá os mesmos critérios do Rodízio;

6.3.12 A Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo e a Secretaria de Esportes e Lazer irão definir o tipo de apresentação, ou seja, se à apresentação será com Músico, dupla, trio, Banda, coral, DJ ou outro objeto, respeitando a classificação das mesmas dentro da categoria designada;

6.3.13 O mesmo vocalista não poderá se apresentar como cantor principal no mesmo palco em um mesmo dia de evento com diferentes duplas, trios ou bandas. Caso aconteça esse fato no momento do sorteio, será considerada contemplada apenas primeira dupla, trio ou banda sorteada, e a(s) seguinte(s) não serão consideradas como contempladas, e respeitarão os critérios de rodízio com os demais não sorteados para os seguintes sorteios;

6.3.14 Para a formalização da contratação, o representante jurídico do artista/banda, deverá apresentar-se no prazo de 5 (cinco) dias corridos a partir da convocação, com a documentação atualizada, conforme edital;

6.3.15 O artista só poderá participar de sorteio por sua representatividade social caso ainda não tenha sido sorteado. Caso já tenha sido sorteado anteriormente deverá ser seguido o sistema de rodízios conforme item 6.3.9 e 6.3.11.

6.3.16 Os valores de cachê estarão descritos no ANEXO I – Termo de Referência e ANEXO V - Planilha de Especificação dos Serviços;

6.3.17 Os cachês de todas as categorias serão acrescidos em 50% especificamente nos eventos “Carnaval” e “Julifest” conforme valores apontados no ANEXO I – Termo de Referência e ANEXO V - Planilha de Especificação dos Serviços;

6.3.18 SUBCONTRATAÇÃO: A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;

6.3.19 Um mesmo vocalista só poderá se apresentar em 3 (três) projetos diferentes dentro da mesma categoria (dupla, trio, banda, bloco musical carnavalesco, etc) perante este edital;

6.3.20 O item 6.3.19 não abrange Corais e Grupos de Seresta;

6.3.21 As bandas vinculadas a blocos carnavalescos deverão assinalar a opção “Banda Musical Vinculada a Bloco Carnavalesco” na ficha de inscrição. Essa opção será considerada um estilo musical perante esse edital. A banda caracterizada dessa maneira e que indicar outro estilo musical na ficha de inscrição será inabilitada;

6.3.22 O PROPONENTE deverá se cadastrar conforme enquadramento no ANEXO V - Planilha de Especificação dos Serviços, preenchendo a Ficha de Inscrição no ANEXO VI.

6.3.23 Somente artistas que residem na cidade de Itabirito poderão ser credenciados;

6.3.24 O proponente, no momento da inscrição deverá indicar em qual categoria está se inscrevendo conforme tabela e exigências do ANEXO V - Planilha de Especificação dos Serviços;

6.3.25 O proponente deve comprovar preencher os requisitos da categoria escolhida através de documentos, fotos, vídeos, áudios, etc.

6.3.26 O PROPONENTE deverá apresentar documentação de acordo com enquadramento conforme anexo em edital.

6.3.27 O envio de portfólio ocorrerá exclusivamente em formato digital através do aplicativo CONECTA ITABIRITO, por links ou arquivos eletrônicos indicados em formulário próprio, sendo vedado o recebimento de CDs/DVDs/Pen drives físicos. A veracidade e a titularidade do material enviado são de responsabilidade do(a) proponente.

6.3.28 Cada Artista, Dupla Trio ou Banda deverá se credenciar separadamente em apenas um estilo musical. No caso de artistas que se enquadram na categoria Banda Local IV e V e que possuem registro de obra original em diferentes estilos musicais poderão realizar um credenciamento para cada estilo comprovado, porém deverá sempre ser respeitado o item 6.3.9 do Edital no momento do sorteio.

6.3.29 Os artistas do tipo DJ poderão se credenciar como DJ Open Format (Formato Aberto), sendo essa designação considerada um estilo musical específico;

6.3.30 O material de portfólio e histórico profissional deverá ser único para cada inscrição;

6.3.31 Os Artistas poderão assinalar na ficha de inscrição a representatividade social do seu trabalho artístico. Perante este credenciamento o artista só poderá assinalar uma representatividade social;

6.3.32 A representatividade social deverá obrigatoriamente ser comprovado no portfólio e também através clipping, material audiovisual, etc., podendo a comissão de credenciamento realizar diligências para dirimir eventuais dúvidas;

6.3.33 Os artistas que assinalarem as representatividades sociais “Católica”, “Evangélica” ou “Religiosidade De Matrizes Africanas” deverão assinalar o estilo musical “Religioso” na Ficha de Inscrição.

6.3.34 A não comprovação da representatividade social nos documentos solicitados na cláusula acima, indeferirá a sua inscrição na respectiva categoria de representatividade social, sem prejuízo na categoria artística e/ou estilo musical inscrito;

6.3.35 O representante pelo projeto artístico assinalado na ficha de inscrição deverá ter domicílio eleitoral em Itabirito e apresentar certidão de quitação eleitoral junto dos documentos necessários para credenciamento;

6.3.36 A publicação deste edital será amplamente divulgada pelos canais digitais oficiais da Prefeitura Municipal de Itabirito (Facebook, Instagram, site oficial da Prefeitura etc.) e pelas mídias tradicionais como instalação de faixas de divulgação em áreas públicas, publicação em veículos locais de imprensa etc.;

6.3.37 É vedado a um mesmo CNPJ credenciar diferentes projetos artísticos que possuam simultaneamente a mesma categoria, nível e estilo musical;

6.3.38 O disposto no item anterior não abrange fanfarras, corais e grupos de seresta;

6.3.39 Todos os trabalhos artísticos deverão indicar na ficha de inscrição os seus vocalistas indicando nome completo e CPF. Durante a vigência deste edital, apenas os vocalistas indicados na ficha de inscrição poderão se apresentar com o trabalho artístico credenciado;

6.3.40 As bandas vinculadas a blocos carnavalescos, deverão assinalar a opção “Banda Musical Vinculada a Bloco Carnavalesco” na ficha de inscrição. Essa opção será considerada um estilo musical perante esse Termo de Referência. A banda caracterizada dessa maneira e que indicar outro estilo musical na ficha de inscrição será inabilitada;

6.3.41 As categorias Músico Local, Dupla Local e Trio Local em todos os níveis e estilos musicais não participarão de sorteios para os eventos Julifest e Carnaval;

6.3.42 As bandas locais credenciadas no estilo Erudito/Ópera em todos os níveis não participarão de sorteios para os eventos Julifest e Carnaval;

6.3.43 Banda de Baile, termo usado para o item de BANDA LOCAL VI, é aquela que apresenta músicas de diversos estilos musicais respeitando os arranjos e estéticas originais;

6.3.44 Os DJs Locais apenas poderão se credenciar no estilo “DJ Open Format (Formato Aberto)” ou “DJ Eletrônica/Trance”;

6.3.45 O valor a ser pago para o artista/grupo/coletivo/banda abrange todos os custos e despesas direta ou indiretamente envolvidas, não sendo devido nenhum outro valor, a qualquer título, inclusive de impostos incidentes sobre a apresentação artística, nos percentuais definidos em lei.

6.3.46 Os credenciados ficam responsáveis por arcar com eventuais despesas de traslado, em veículo automotor devidamente abastecido, com capacidade apropriada, cujo itinerário observará o local de origem dos grupos e bandas, bem como a localização determinada pela Prefeitura de Itabirito, podendo ser na sede e distritos do município, para a efetivação das apresentações artísticas em comento, assim como despesas com eventuais hospedagens e alimentos, bem como o abastecimento de camarim, quando for o caso.

6.3.47 A Administração Pública não se responsabilizará, em hipótese alguma, pelos atos, contratos ou compromissos assumidos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra, realizados pelo credenciado/contratado para fins de cumprimento do termo de credenciamento/contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 14201, de 2022, e nº 14757, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. As atividades de gestão e fiscalização serão regulamentadas pelo disposto no Decreto Municipal nº 14.201, de 03 de fevereiro de 2022, e as disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no referido decreto.

7.1.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios

redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.1.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.8. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.1.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.1.10. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.2. Obrigações do Fiscal do Contrato

7.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.2.2. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do disposto nos artigos 22 e 25 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.

7.2.3. Conhecer o termo de contrato e todos os seus Anexos, especialmente o presente Termo de Referência.

7.2.4. Registrar, em meio físico ou informatizado, as ocorrências relacionadas à execução do contrato, bem como as faltas verificadas, com a descrição das providências exigidas, as recomendações efetuadas e as soluções adotadas pela contratadas. (art. 22, inc. II e III, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)

7.2.5. Abrir processo administrativo para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato. (art. 22, inc. IV, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)

7.2.6. Certificar que o preposto da empresa contratada está ciente das obrigações assumidas pela contratada. (art. 22, inc. VI, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)

7.2.7. Certificar que a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital, no Instrumento de Contrato e nos respectivos Anexos;

7.2.8. Certificar que a contratada mantém, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários para esta constatação;

- 7.2.9. Verificar se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da contratada a correção de eventuais imperfeições e/ou irregularidades detectadas;
- 7.2.10. Verificar se o material fornecido ou utilizado guarda consonância com o oferecido na proposta e especificado pela Administração e se foram cumpridos os prazos de entrega;
- 7.2.11. Comunicar à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;
- 7.2.12. Esclarecer as dúvidas da contratada que estiverem sob sua alçada, encaminhando, às áreas competentes, os fatos que extrapolarem a sua competência;
- 7.2.13. Fazer-se presente no local da execução do contrato;
- 7.2.14. Antecipar-se a solucionar problemas que possam afetar a relação contratual;
- 7.2.15. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.2.16. Proceder as medições e o recebimento provisório mediante termo circunstanciado assinado pelas partes contratantes;
- 7.2.17. Receber e conferir a nota fiscal emitida pela contratada, atestar a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratadas, para fins de pagamento das faturas correspondentes;
- 7.2.18. Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;
- 7.2.19. Indicar ao gestor do contrato, quando for o caso, sobre eventuais glosas, emitindo relatório circunstanciado com a devida justificativa e o cálculo do valor a ser descontado;
- 7.2.20. Recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no Edital, na proposta, no Instrumento de Contrato e nos respectivos Anexos;
- 7.2.21. Constatar se a execução do objeto contratado está sendo prestada no local e horário estipulado no contrato e com a correta utilização dos materiais e equipamentos contratados pela Administração Pública;
- 7.2.22. Certificar a ausência de cessão, transferência ou subcontratações fora das hipóteses e procedimentos legais e contratuais;
- 7.2.23. Receber reclamações relacionadas à qualidade do serviço prestado ou do material entregue, adotando as providências cabíveis;
- 7.2.24. Assegurar que o número de funcionários alocados pela contratada é suficiente para o bom desempenho dos serviços e conclusão no prazo previsto no contrato;
- 7.2.25. Certificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte da contratada, inclusive no que se refere à utilização dos equipamentos de proteção individual – EPI – exigidos pela legislação pertinente, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e funcionários da contratada e, na hipótese de descumprimento adotar as providências cabíveis;
- 7.2.26. Verificar se a contratada procedendo os corretos cálculos e recolhimentos das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato, buscando, caso necessários, auxílio junto ao setor de contabilidade ou outros setores da Administração para conferência;
- 7.2.27. Assegurar que a contratada mantém um responsável técnico acompanhando as obras e serviços, quando assim determinar o contrato;
- 7.2.28. Exigir a contratada a utilização de crachá e de uniforme pelos funcionários, bem como conduta compatível com o serviço público, pautado pela ética e urbanidade;

7.2.29. Comunicar, por escrito, à contratada os danos porventura causados por seus empregados, requerendo as providências reparadoras;

7.2.30. Solicitar ao preposto da contratada a imediata retirada do local, bem como a situação de empregado da contratada que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área da instituição reputar, justificadamente, inconveniente;

7.2.31. Receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal e, após conferência, encaminhá-los ao gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis para pagamento;

7.2.32. Informar o gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.2.33. Comunicar, por escrito, ao gestor do contrato qualquer falta cometida pela contratada, formando dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação de sanção ou à rescisão contratual, a ser juntado no processo administrativo.

7.2.34. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a necessidade de se realizar acréscimo ou supressões no objeto do contrato, com vista à economicidade e à eficiência na execução contratual, bem como quanto ao término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.2.35. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.2.36. Apresentar ao gestor de contratos, ao término do contrato ou quando solicitado, relatório acerca da execução do objeto do contrato;

7.2.37. Comunicar ao gestor do contrato, formalmente e com antecedência, o seu afastamento das atividades de fiscalização para que, caso necessário, seja designado um substituto;

7.3. Atribuições do Gestor do Contrato

7.3.1. Caberão ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato, bem como as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação, conforme previsto no art. 17 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.

7.3.2. Acompanhar a celebração dos contratos e termos aditivos, com a coleta das assinaturas, providenciando, posteriormente, a juntada dos comprovantes de publicação do extrato e encaminhamento da via ao Tribunal de Contas do Estado, quando for o caso;

7.3.3. O gestor deverá manter controle individualizado de cada contrato;

7.3.4. Deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado a serem executados pelo fiscal do contrato.

7.3.5. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência, mantendo um controle individualizado de cada contrato.

7.3.6. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 7.3.7. Verificar e acompanhar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinando, se for necessário, a possibilidade da sua substituição nos casos em que for permitido.
- 7.3.8. Propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;
- 7.3.9. Controlar os prazos de vencimentos dos contratos, comunicando, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência, à autoridade competente, a proximidade do término do prazo do contrato, instruindo o processo, quando admitida a prorrogação, com os documentos constantes do inciso IX do art. 17, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.
- 7.3.10. Controlar os prazos de vencimentos dos contratos dos serviços de caráter continuado, sugerindo à autoridade superior o aditamento do ajuste ou a abertura de nova licitação, após a oitiva do fiscal, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência;
- 7.3.11. Comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos e os pedidos de prorrogação dos prazos de entrega e de execução do objeto;
- 7.3.12. Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;
- 7.3.13. Encaminhar o requerimento da contratada de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do contrato à autoridade competente, instruindo o processo com manifestação conclusiva e dados que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pela contratada;
- 7.3.14. Analisar ou formular os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, instruindo o processo com as informações e dados necessários, submetendo-os à autoridade superior;
- 7.3.15. Analisar os casos de necessidade de acréscimos ou supressões do objeto, controlando os respectivos limites e encaminhar à autoridade competente para decisão;
- 7.3.16. Realizar pesquisa de mercado, quando for o caso, para analisar a vantajosidade da prorrogação e de aditivo, tendo por base o Projeto Básico ou o Termo de Referência relativo ao contrato em vigor.
- 7.3.17. Cuidar para que qualquer alteração contratual seja promovida por Termo Aditivo ou por Termo de Apostilamento, conforme o caso, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 7.3.18. Receber as notas fiscais atestadas pelos fiscais do contrato, adotando as providências cabíveis para liquidação e pagamento.
- 7.3.19. Encaminhar ao setor competente a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 7.3.20. Acompanhar os empenhos, os pagamentos, as glosas e a disponibilidade orçamentária inerente ao contrato;
- 7.3.21. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica;
- 7.3.22. Anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.3.23. Supervisionar o fiscal na realização das atividades necessárias à liquidação da despesa, especialmente no tocante ao cumprimento dos prazos;
- 7.3.24. Deliberar sobre o pedido de substituição do responsável técnico, desde que este detenha experiência e qualificação equivalente ou superior ao substituído, a ser verificada de acordo com as regras do edital da licitação que deu origem à contratação;

7.3.25. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.3.26. Adotar as providências cabíveis para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (art. 17, incisos XXIII e XXIV, do Decreto Municipal nº 14.201/22)

7.3.27. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.3.28. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (art. 19 do Decreto Municipal nº 14.201/22).

7.3.29. Sem prejuízo das atribuições do(s) fiscal(is) do contrato, notificar à contratada, estabelecendo prazo para o fiel cumprimento das obrigações contratuais ou para que dê início à correção dos defeitos ou desconformidades com o objeto da contratação, constatados durante a sua execução ou após o recebimento provisório, bem como informar à autoridade competente as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Da Medição

8.1.1 A medição deve seguir o padrão com a seguinte ordem:

8.1.1.1 CABEÇALHO: Nome completo da Empresa, com endereço completo, CNPJ, número do contrato, número do processo licitatório;

8.1.1.2 TÍTULO: o título deverá ser preenchido com a frase MEDIÇÃO DE SERVIÇO.

8.1.1.3 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS: É obrigatório informar com o máximo de transparência possível todo serviço realizado, contendo quantitativos, tipo de serviço, local do serviço, características do serviço e qualquer informação que comprove a veracidade dos fatos.

8.1.1.4 DATA: Local e data;

8.1.1.5 ASSINATURA: nome completo e assinatura do proprietário ou responsável da instituição com respectivos cargos exercidos na empresa; caso a medição tenha mais de uma página, ela deverá ser numerada e assinatura poderá vir na última página.

8.1.1.6 VISTO: Assinatura e carimbo do GESTOR DO CONTRATO ou do ORDENADOR DE DESPESA. O visto deve constar EM TODAS as vias, caso tenha mais de uma página e na última página assinatura e carimbo.

8.1.1.7 ANEXOS: É obrigatório o envio de Memorial Fotográfico, assinado pelo Técnico responsável da Empresa e Fiscal da Prefeitura (as fotos deverão estar coloridas, datadas e mostrando o serviço realizado)

8.2. Do recebimento

8.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Art. 39, § 1º, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022).

8.2.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.2.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.2.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.2.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.2.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.2.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.2.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.2.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato designada, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos, conforme disposto no § 2º do Art. 39, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022:

8.2.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.2.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.2.6.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.2.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.2.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.2.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.2.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.3. Liquidação

8.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, § 2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A compatibilidade da natureza da operação;
- c) A data da emissão;
- d) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- e) O período respectivo de execução do contrato;
- f) O valor a pagar;
- g) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- h) Emissão de declaração de Simples nacional para efeito de concessão de benefícios fiscais antes da emissão do documento fiscal (<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>).

8.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

8.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo

prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4. Prazo de pagamento

8.4.1. **O pagamento será efetuado no prazo de até 20 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, observadas a disponibilidade de caixa e fonte de recurso conforme seção anterior, nos termos da Instrução normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.**

8.4.2. Incidirá correção monetária sobre o débito vencido adotando o IPCA que é o índice oficial de inflação salvo em caso fortuito ou motivo de força maior que decorrerá publicação da postergação dos vencimentos na forma da Lei e comunicação ao Controle Interno da Instituição Pública bem como para o Tribunal de Contas do Estado.

8.5. Forma de pagamento

8.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

8.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar no ato da entrega da documentação para liquidação à Secretaria Municipal de Fazenda.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento auxiliar de credenciamento, com fundamento na hipótese do art. 74, IV e art. 78, I, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O presente processo de credenciamento fundamenta-se na hipótese do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Regime de Execução

9.2.1 O regime de execução do contrato será: fornecimento e prestação de serviço associado.

9.3. Exigências de habilitação

9.3.1 Todos os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados via sistema conecta, caso seja necessário ou haja dúvidas, os documentos poderão ser solicitados, em seus originais, pelo agente de contratação.

I. Habilitação Jurídica (art. 131, do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023).

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.9. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente, como foto, que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, do representante da empresa licitante e do procurador, se houver;

9.3.10. Procuração válida, se for o caso.

9.3.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.3.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.14. Prova de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante em dívida ativa (inciso III, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023).

9.3.15. Prova de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quando a débitos inscritos em dívida ativa (inciso IV, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023).

9.3.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (Estadual/municipal) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

III. Qualificação Técnica

9.3.20. Documentação de comprovação de experiência profissional e habilitação técnica exigida no ANEXO V - Planilha de Especificação dos Serviços.

9.3.21. CARTA DE REPRESENTATIDADE ASSINADA POR TODOS INTEGRANTES DA BANDA - ANEXO VII.

9.3.22. Ficha de Inscrição - Anexo VI devidamente preenchida juntamente com os seguintes DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO EM TODAS AS CATEGORIAS:

- 2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses);
- RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL;
- RIDER TÉCNICO;
- CLIPPING DETALHADO;
- CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da banda) - ANEXO VIII;
- CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL DO REPRESENTANTE DO PROJETO MUSICAL (CONFORME FICHA DE INSCRIÇÃO - ANEXO VI).

IV. Declarações – art. 135, do Decreto Municipal 14.754/2023

9.3.23. Será exigida do fornecedor, ainda, as seguintes declarações:

9.3.23.1. De que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.3.23.2. De que tende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;

9.3.23.3. De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.3.23.4. De que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

9.3.23.5. De que não há sanções vigentes que legalmente o proíbam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade contratante.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES (art. 42, XIV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)

10.1. Do Contratante

- 10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
- 10.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 10.1.10. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 10.1.11. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 10.1.12. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

10.2. Do Contratado

- 10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 10.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
- 10.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
- 10.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou

o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.8. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

10.2.9. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

10.2.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;

10.2.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.2.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.2.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.2.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.2.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.2.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.2.22. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.2.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.2.24 A apresentação musical/artística deverá ser no mínimo 1 hora e 30 minutos de duração, conforme exigência do evento a ser realizado ou apoiado pelo Prefeitura Municipal de Itabirito, podendo ser reduzida a critério da Administração.

10.2.25 A apresentação da Banda Local VI (Banda de Baile) poderá ser de 3 (três) horas a critério da administração.

10.2.26 As apresentações serão realizadas em ambientes abertos e/ou fechados, com ou sem palco, com os necessários equipamentos de sonorização e iluminação fornecidos pela Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo, de acordo com as necessidades de cada evento/ação.

10.2.27 Cumprir rigorosamente os prazos para realização dos eventos.

10.2.28 Cumprir rigorosamente com o horário de passagem de som estipulado pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e/ou Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (conforme o caso).

10.2.29 Realizar apresentação musical de acordo com o gênero musical declarado no ANEXO VI.

10.2.30 Caso ocorra alguma irregularidade, O CONTRATADO deverá providenciar a imediata correção das mesmas apontadas pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e/ou Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

10.2.31 Garantir a boa qualidade dos serviços.

10.2.32 Manter durante toda a vigência do credenciamento, os documentos apresentados, devidamente atualizados.

10.2.33 Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem a causar ao Município ou a terceiros, tendo como agente o credenciado, na pessoa de preposto ou estranhos.

10.2.34 Disponibilizar material digital (Fotos/Logotipo) para ser utilizado na divulgação do evento. Apresentar o material em até 02 (dois) dias após o sorteio.

10.2.35 Nenhuma apresentação poderá conter músicas ou danças com conteúdo sexual ou apologia ao tráfico de drogas, pedofilia, ou degradação da condição humana.

10.2.36 A inscrição para o credenciamento implica na total aceitação dos termos do edital.

10.2.37 O credenciamento implica na autorização de utilização do material audiovisual do contratado para que o Município possa utilizar em peças de divulgação dos eventos.

10.2.38 É assegurada à Diretoria de Eventos, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

10.2.39 O interessado no credenciamento poderá ser convocado para prestar qualquer esclarecimento adicional, e deverá fazê-lo no prazo determinado pela Diretoria de Eventos, sob pena de descredenciamento.

10.2.40 Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas, dentro dos prazos estabelecidos e todas as obrigações assumidas, sujeitando-se a fiscalização da equipe da Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo para a observância das determinações da contratação.

10.2.41 Promover por sua conta e risco o transporte dos equipamentos, materiais e utensílios necessários à execução deste Contrato, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento, compensação ou ônus extra por parte do Município;

10.2.42 Comunicar ao Município qualquer anormalidade que interfira no bom andamento para o fornecimento dos serviços;

- 10.2.43 Zelar pela boa e completa prestação dos serviços;
- 10.2.44 Encarregar-se exclusivamente pelo pagamento de todos os impostos e taxas, devendo apresentar sempre que solicitado, a comprovação dos recolhimentos respectivos;
- 10.2.45 Honrar os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e outras obrigações previstas em Lei, ficando registrado que o pessoal empregado pelo CONTRATADO não terá nenhum vínculo jurídico com o Município de Itabirito;
- 10.2.46 Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do CONTRATO;
- 10.2.47 Acatar apenas as solicitações dos fornecimentos dos serviços formalmente autorizados Pelo Município;
- 10.2.48 Responsabilizar-se pela emissão de nota fiscal de apresentação artística e envio de toda documentação solicitada;
- 10.2.49 Responsabilizar-se pela documentação necessária, relativa à liberação da execução da apresentação artística, emitida pelos órgãos de fiscalização e controle, exceto ECAD;
- 10.2.50 Será de Responsabilidade da CREDENCIADA o preenchimento de formulário do ECAD informando o repertório a ser executado na apresentação;
- 10.2.51 Apresentar-se no dia, horário e local para o qual foi selecionado, cumprindo todos os critérios, com todos os equipamentos em funcionamento;
- 10.2.52 A CONTRATADA é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto do Contrato, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do CONTRATANTE para justificar eventuais falhas nessa execução.
- 10.2.53 Divulgar, de acordo com os critérios adotados, a participação da Prefeitura Municipal de Itabirito, em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto, bem assim, a marca nos palcos, camisas, placas, painéis e outdoors de identificação da apresentação artística custeada, no todo ou em parte, com os recursos públicos.
- 10.2.54 O transporte dos instrumentos musicais a serem usados pelas bandas ficará por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade sobre o mesmo;
- 10.2.55 Não transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato e nem oferecer os direitos dele decorrentes, como garantia de qualquer espécie, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.
- 10.2.56 Permitir o uso de imagem da banda e/ou artista em mensagens publicitárias, anúncios oficiais e participação nos VT institucionais, bem como ostentar os símbolos representativos do Município de Itabirito, em suas peças e nos demais materiais de divulgação e marketing.
- 10.2.57 A apresentação deverá ser na data, local, horário, duração mencionados na programação;
- 10.2.58 O Artista e/ou Banda deverá estar presente obrigatoriamente com no mínimo 45 (quarenta e cinco) minutos antes do horário previsto para o início da sua apresentação;
- 10.2.59 O Artista e/ou Banda deverá se apresentar obrigatoriamente no formato artístico apresentado no credenciamento;
- 10.2.60 O (a) contratado (a) deverá responsabilizar-se por todos os compromissos e despesas decorrente da execução dos serviços, bem como pelo transporte dos componentes, se for o caso.
- 10.2.61 O Artista e/ou Banda deverá atualizar, caso necessário, com no máximo 72 (setenta e duas) horas de antecedência o Rider Técnico da apresentação para que seja feitas os ajustes técnicos.

10.2.62 O Rider Técnico do Artista será entregue ao fornecedor de Sonorização em reunião de produção para o evento, ou enviado com no máximo de 96 horas de antecedência ao evento. O Artista deverá adequar seu rider técnico conforme a demanda e porte do evento.

10.2.63 O Artista e/ou Banda deverá obrigatoriamente participar de reunião de produção, em data e local a ser informado com no mínimo 96 (noventa e seis) horas de antecedência.

10.2.64 O Artista, Dupla, Trio ou Banda que se classificar como tipo IV, deverá obrigatoriamente em sua apresentação inserir no mínimo, 4 (quatro) canções de sua obra, sob pena de 10% (dez por cento) do cachê no caso do descumprimento dessa cláusula.

10.2.65 O Artista, Dupla, Trio ou Banda que se classificar como tipo V, deverá obrigatoriamente em sua apresentação inserir no mínimo, 4 (quatro) canções de sua obra, sob pena de 10% (dez por cento) do cachê no caso do descumprimento dessa cláusula.

10.2.66 Realizar passagem de som e iluminação, conforme programação da organização.

10.2.67 Todas as despesas, como transporte, estadia e alimentação, referente as apresentações artísticas, serão de total responsabilidade dos responsáveis pelas bandas, grupos, músicos e artísticas em geral, habilitados pelo Edital de Credenciamento.

10.2.68 Um mesmo vocalista só poderá se apresentar em 3 (três) projetos diferentes dentro da mesma categoria (dupla, trio, banda, bloco musical carnavalesco, etc) perante este edital;

10.2.69 Todos os trabalhos artísticos deverão indicar na ficha de inscrição os seus vocalistas indicando nome completo e CPF. Durante a vigência deste edital, apenas os vocalistas indicados na ficha de inscrição poderão se apresentar com o trabalho artístico credenciado;

10.2.70 O item 10.2.68 não abrange Corais e Grupos de Seresta;

10.2.71 As bandas vinculadas a blocos carnavalescos deverão assinalar a opção "Banda Musical Vinculada a Bloco Carnavalesco" na ficha de inscrição. Essa opção será considerada um estilo musical perante esse edital. A banda caracterizada dessa maneira e que indicar outro estilo musical na ficha de inscrição será inabilitada.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 42, XV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)

11.1. O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos arts. 157 a 163 da mesma Lei.

11.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

11.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.4. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

11.5. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.6. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015,

como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade do Contratado deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, observadas ainda as disposições contidas no art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.655.200,00 (Dois milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima, sendo:

R\$2.503.000,00 (Dois Milhões, Quinhentos e Três Mil Reais) da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e

R\$ 152.200,00 (Cento e Cinquenta e Dois Mil e Duzentos Reais) da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

12.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12.3. A estimativa de valores não constitui contratos nem vincula a administração à contratação de todos os credenciados, servindo apenas como base para elaboração deste termo e do edital de credenciamento. Os valores finais serão pactuados conforme a disponibilidade orçamentária e interesse público, dentro dos limites previamente estabelecidos.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SEMCULT:

Gestão/Unidade: 02.028.001 - Prefeitura Municipal de Itabirito

Fonte de Recursos: 1501

Programa de Trabalho: 13.392.1392.6123 – Manut. Ativ. Sec. Mun. Patr. Cult. Turismo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços Terceiros de Pessoa Jurídica

Plano Interno: 3.3.90.39.20.00 – Festividades e Homenagens

SEMEL:

Gestão/Unidade: 02.027.001 - Prefeitura Municipal de Itabirito

Fonte de Recursos: 1501

Programa de Trabalho: 27.812.2712.6122 – Manut. Ativ. Sec. Mun. Esportes e Lazer

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços Terceiros de Pessoa Jurídica

Plano Interno: 3.3.90.39.20.00 – Festividades e Homenagens

13.1.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025

(Processo Administrativo nº 282/2025)

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

Objeto: Credenciamento para fins de eventual e futura contratação de serviços artísticos de músicos, duplas, trios, bandas, dj's, corais, blocos musicais, grupos e artistas de teatro, grupos e artistas de dança, blocos musicais carnavalescos, corporações musicais, escola de samba e orquestra, em diferentes estilos musicais visando a realização de programação nos eventos culturais, turísticos, esportivos e outros, realizados pela Prefeitura Municipal de Itabirito.

ATENÇÃO: PREFERENCIALMENTE UTILIZAR ESTE MODELO DE PROPOSTA.

EMPRESA INSCRITA NO CNPJ Nº _____, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, SR(A) _____, PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº _____ E DO CPF Nº _____, APRESENTA SUA PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PROPOSTOS NESTE CREDENCIAMENTO, CUJO TETO SERÁ DE **R\$ 2.655.200,00 (DOIS MILHÕES SEISCENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS)**, DIVIDIDO ENTRE AS EMPRESAS CREDENCIADAS, PARA REALIZAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS ARTÍSTICOS CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL.

Declaramos estar cientes de todas as cláusulas do edital, cientes ainda de que o município pagará pelos serviços acima descritos, as importâncias estabelecidas no Anexo I. As demais condições são as constantes do edital.

Dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Identificação, CNPJ, endereço, telefone e e-mail da empresa proponente:

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)****CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025**

(Processo Administrativo nº 282/2025)

ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**CONTRATO Nº****PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 282/2025****CREDENCIAMENTO Nº: 202/2025**

CREDENCIAMENTO PARA FINS DE EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS DE MÚSICOS, DUPLAS, TRIOS, BANDAS, DJ'S, CORAIS, BLOCOS MUSICAIS, GRUPOS E ARTISTAS DE TEATRO, GRUPOS E ARTISTAS DE DANÇA, BLOCOS MUSICAIS CARNAVALESCOS, CORPORAÇÕES MUSICAIS, ESCOLA DE SAMBA E ORQUESTRA, EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS VISANDO A REALIZAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO NOS EVENTOS CULTURAIS, TURÍSTICOS, ESPORTIVOS E OUTROS, REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITABIRITO E CONTRATADA.

O **MUNICÍPIO DE ITABIRITO**, inscrito sob o CNPJ nº 18.307.835/0001-54, com sede na Avenida Queiroz Junior, nº 635, Praia, Itabirito/MG, CEP: 35.450-228 neste ato representado pela Secretária Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo, Sr.(a) Júnia Guimarães Mellilo, consoante Decreto Municipal nº 16.029/2025, e pelo Secretário Municipal de Esportes e Lazer, Sr. Eduardo dos Reis Braga, consoante Decreto Municipal nº 16.029/2025 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, telefone:, e-mail:, neste ato representada por, portador do CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 282/2025 e em observância às disposições da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação OU da Inexigibilidade de Licitação nº 202/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços artísticos de músicos, duplas, trios, bandas, dj's, corais, blocos musicais, grupos e artistas de teatro, grupos e artistas de dança, blocos musicais carnavalescos, corporações musicais, escola de samba e orquestra, em diferentes estilos musicais visando a realização de programação nos eventos culturais, turísticos, esportivos e outros, realizados pela Prefeitura Municipal de Itabirito, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta no certame licitatório.

7.2. Poderá ser concedido o reajuste do preço contratado, a requerimento do contratado e depois de transcorrido um ano da data da apresentação da proposta no certame licitatório, de acordo com o índice IPCA.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Conforme Termo de Referência anexado a este contrato.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Conforme Termo de Referência anexado a este contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades previstos na legislação de proteção de dados pessoais vigente, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados, que os Dados Protegidos sejam utilizados na extensão autorizada pela legislação.

10.2. Havendo qualquer tipo de tratamento de dados pessoais pelas partes, entendendo-se por tratamento, a especificação contida na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18, se obrigam a fazê-lo para exclusivo cumprimento do presente instrumento e respeitando o alcance de respectivas autorizações e consentimentos e legítimo interesse.

10.3. O CONTRATANTE é exclusivamente responsável pela coleta dos dados pessoais das partes envolvidas, nos termos da legislação vigente e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na condição de controlador dos dados, os quais deverão ser transferidos ao CONTRATADO para a execução do contrato, que realizará o tratamento dos dados na condição de operador.

10.3.1. O CONTRATANTE deve diligenciar o enquadramento das atividades das quais seja CONTROLADOR nas bases legais descritas na lei, inclusive coletando o consentimento dos titulares, caso seja necessário.

10.4. O eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos por uma das partes, não gera responsabilidade solidária ou subsidiária da outra parte, ficando somente a parte infratora, nos termos da lei, sujeita às sanções legais e contratuais pertinentes.

10.5. Qualquer incidente relacionado à proteção de dados pessoais, ao processamento de tais dados ou qualquer violação de segurança no âmbito das atividades do CONTRATANTE, deverá ser comunicado ao CONTRATADO no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da confirmação da ocorrência.

10.6. O presente contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do CONTRATADO ou dos seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para o CONTRATANTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO

11.1. As partes deverão atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual durante todo o período contratual, conduzirá suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

11.2. As partes manterão sigilo absoluto sobre os dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais de propriedade uma da outra, que tenham sido desenvolvidos durante sua vigência, ou que eventualmente tenham conhecimento em razão deste instrumento.

11.3. As partes se obrigam a não publicar, divulgar, colocar à disposição ou fazer uso sem autorização, por qualquer forma ou meio, direta ou indiretamente, das informações consideradas confidenciais nos termos do item 11.2, sob pena de incorrer em infração grave e dar justa causa à rescisão deste instrumento, respondendo legalmente por eventuais perdas e danos decorrentes da não observância desse item.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 3º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.3. A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada ao licitante ou contratado, isolada ou cumulativamente as demais sanções previstas no item 13.2, pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas citadas no item 13.1.

13.3.1. A multa moratória será aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, conforme art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3.2. A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecidas em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido.

13.3.3. A multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

13.4. A multa compensatória de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

13.5. Será aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- I - Tumultuar a sessão pública da licitação;
- II - Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- III - Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
- IV - Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V - Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
- VI - Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

- VII - Não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- VIII - Não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
- IX - Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- X - Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- XI - Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XII - Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
- XIII - Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- XIV - Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- XV - Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - Não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
- XVII - Subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.
- 13.6. Será aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal será aplicada pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:
- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período de até dois anos.
- II - Dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período de até três anos.
- III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período de até dois meses.
- IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.
- V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período de até seis meses.
- VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Pena - impedimento pelo período de até um ano.

13.8. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - até quatro anos.

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - até seis anos.

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - até seis anos.

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - até cinco anos.

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - até seis anos.

13.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado,

observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.17. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

SEMCULT:

Gestão/Unidade: 02.028.001 - Prefeitura Municipal de Itabirito

Fonte de Recursos: 1501

Programa de Trabalho: 13.392.1392.6123 – Manut. Ativ. Sec. Mun. Patr. Cult. Turismo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços Terceiros de Pessoa Jurídica

Plano Interno: 3.3.90.39.20.00 – Festividades e Homenagens

SEMEL:

Gestão/Unidade: 02.027.001 - Prefeitura Municipal de Itabirito

Fonte de Recursos: 1501

Programa de Trabalho: 27.812.2712.6122 – Manut. Ativ. Sec. Mun. Esportes e Lazer

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços Terceiros de Pessoa Jurídica

Plano Interno: 3.3.90.39.20.00 – Festividades e Homenagens

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itabirito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itabirito, XX de XXXXXXXX de 2025.

Contratante

Contratado

Gestor

Fiscal

Gestor Suplente

Fiscal Suplente



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025

(Processo Administrativo nº 282/2025)

ANEXO IV - DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA, sob as penas da lei:

2. De que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
3. De que tende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;
4. De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
5. De que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
6. De que não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Municipal nas funções de gerência ou administração, ou servidor do órgão ou entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
7. De que não há sanções vigentes que legalmente o proíbam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade contratante;
8. De que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025

(Processo Administrativo nº 282/2025)

ANEXO V - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

CATEGORIA	ITEM	QTDE PREVISTA DE APRESENTAÇÕE S	DESCRIÇÃO	ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DO ARTISTA	HABILITAÇÃO TÉCNICA DO ARTISTA	VALOR UNITÁRIO	VALOR DO ITEM	FORMA DE PAGAMENTO
CATEGORIA 1 - MÚSICO LOCAL	1	2	MÚSICO LOCAL I APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Voz e instrumento, ou apresentação instrumental. O músico local deverá comprovar experiência profissional através de release detalhado e/ou Currículo Musical com Registro Fotográfico. As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for o músico) CURRICULO MUSICAL	R\$350,00	R\$700,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	2	2	MÚSICO LOCAL II APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Voz e instrumento, ou apresentação instrumental. O músico Local deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for o músico)	R\$700,00	R\$1.400,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



	3	2	MÚSICO LOCAL III APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Voz e instrumento, ou apresentação instrumental. O músico Local deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024, sendo que 1 (um) destes contratos mais recentes deve comprovar atuação regional e/ou estadual. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for o músico)	R\$900,00	R\$1.800,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	4	2	MÚSICO LOCAL IV APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Voz e instrumento, ou apresentação instrumental. O músico local deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento de EP com no mínimo 4 músicas e/ou 4 singles lançados	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for o músico)	R\$900,00	R\$1.800,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



				e/ou Álbum de música, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.				
	5	2	MÚSICO LOCAL V APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Voz e instrumento, ou apresentação instrumental. O músico local deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento no mínimo 10 singles e/ou 2 álbuns com no mínimo 8 músicas cada álbum, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for o músico)	R\$1.100,00	R\$2.200,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA

				trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.				
CATEGORIA 2 - DUPLA LOCAL	6	2	DUPLA LOCAL I APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Dupla musical (podendo ser apresentação instrumental). A dupla local deverá comprovar experiência profissional através de release detalhado da banda e/ou Currículo Musical com Registro fotográfico. As apresentações devem ter sido realizadas exclusivamente no formato proposto no credenciamento. As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da Dupla) CURRICULO MUSICAL	R\$700,00	R\$1.400,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	7	2	DUPLA LOCAL II APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Dupla musical local (podendo ser apresentação instrumental). A dupla deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da Dupla)	R\$1.400,00	R\$2.800,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA

				Release detalhado com Registro fotográfico.				
	8	4	DUPLA LOCAL III APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Dupla musical local (podendo ser apresentação instrumental). A dupla deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024, sendo que 1 (um) destes contratos mais recentes deve comprovar atuação regional e/ou estadual. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da Dupla)	R\$1.800,00	R\$7.200,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	9	4	DUPLA LOCAL IV APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Dupla musical local (podendo ser apresentação instrumental). A dupla deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da Dupla)	R\$1.800,00	R\$7.200,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



				ser realizada comprovação de lançamento de EP com no mínimo 4 músicas e/ou 4 singles lançados e/ou Álbum de música, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto. Exclusivamente no formato proposto.				
	10	2	DUPLA LOCAL V APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Dupla musical local (podendo ser apresentação instrumental). A dupla deverá ter experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento no mínimo 10 singles lançados e/ou 2 álbuns com no mínimo 8 músicas cada álbum, sendo estes trabalhos	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da Dupla)	R\$2.200,00	R\$4.400,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA

				obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.				
CATEGORIA 3 - TRIO LOCAL	11	2	TRIO LOCAL I APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical local com 03 componentes com experiência profissional comprovada através de Release detalhado da banda e/ou Currículo Musical dos integrantes com Registro fotográfico. As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Trio) CURRICULO MUSICAL	R\$1.050,00	R\$2.100,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	12	2	TRIO LOCAL II APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical local com 03 componentes. O trio deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Trio)	R\$2.100,00	R\$4.200,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



				fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.				
	13	4	TRIO LOCAL III APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical local com 03 componentes. O trio deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024, sendo que 1 (um) destes contratos mais recentes deve comprovar atuação regional e/ou estadual. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Trio)	R\$2.700,00	R\$10.800,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	14	4	TRIO LOCAL IV APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical local com 03 componentes. O trio deverá ter experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 contratos dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da Dupla)	R\$2.700,00	R\$10.800,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



				lançamento de EP com no mínimo 4 músicas e/ou 4 singles lançados e/ou Álbum de música, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.				
	15	2	TRIO LOCAL V APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical local com 03 componentes. O trio deverá ter experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 contratos dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento no mínimo 10 singles lançados e/ou 2 álbuns com no mínimo 8 músicas cada álbum, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da Dupla)	R\$3.300,00	R\$6.600,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA

				apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.				
CATEGORIA 4 - BANDA LOCAL	16	6	BANDA LOCAL I APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 2 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 1 dos 2 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da banda) CURRICULO MUSICAL	R\$2.500,00	R\$15.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	17	8	BANDA LOCAL I EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da banda) CURRICULO MUSICAL	R\$3.750,00	R\$30.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	18	15	BANDA LOCAL II APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da banda) CURRICULO MUSICAL	R\$5.500,00	R\$82.500,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	19	22	BANDA LOCAL II EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da banda) CURRICULO MUSICAL	R\$8.250,00	R\$181.500,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



				estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.				
	20	23	BANDA LOCAL III APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024, sendo que 1 (um) destes contratos mais recentes deve comprovar atuação regional e/ou estadual. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da banda)	R\$7.000,00	R\$161.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	21	32	BANDA LOCAL III EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes com experiência profissional comprovada através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024, sendo que 1 (um) destes contratos mais recentes deve comprovar atuação regional e/ou estadual. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da banda)	R\$10.500,00	R\$336.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	22	15	BANDA LOCAL IV APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes. O Grupo deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da banda)	R\$7.000,00	R\$105.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	23	15	BANDA LOCAL IV EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes. O Grupo deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da banda)	R\$10.500,00	R\$157.500,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



				com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento de EP com no mínimo 4 músicas e/ou 4 singles lançados e/ou Álbum de música, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.				
	24	7	BANDA LOCAL V APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes. O Grupo deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento no mínimo 10 singles e/ou 2 álbuns com		R\$8.500,00	R\$59.500,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	25	12	BANDA LOCAL V EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical Local com no mínimo 04 componentes. O Grupo deverá comprovar experiência profissional através de 5 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 5 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024. A comprovação dos contratos deve estar vinculada à cartaz de divulgação ou registro fotográfico. Release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser realizada comprovação de lançamento no mínimo 10 singles e/ou 2 álbuns com	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da banda)	R\$12.750,00	R\$153.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



CATEGORIA 5 - DJ LOCAL				no mínimo 8 músicas cada álbum, sendo estes trabalhos obrigatoriamente autoral e/ou original. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). As apresentações deverão ser realizadas exclusivamente no formato proposto.				
	26	1	BANDA LOCAL VI - BANDA DE BAILE APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo Musical Local com no mínimo 06 músicos, 03 cantores e 04 bailarinos com experiência profissional comprovada através de 10 Contratos de Prestação de Serviços ou Notas Fiscais, sendo que pelo menos 3 dos 10 contratos devem ser posteriores ao mês de fevereiro de 2024 e Release detalhado com Registro fotográfico. Banda de Baile é aquela que apresenta músicas de diversos estilos musicais respeitando os arranjos e estéticas originais.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da banda)	R\$12.000,00	R\$12.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	27	2	BANDA LOCAL VI - BANDA DE BAILE EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL			R\$18.000,00	R\$36.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
CATEGORIA 5 - DJ LOCAL	28	4	DJ LOCAL I APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	DJ Local com experiência profissional. Release detalhado da banda e/ou Currículo Musical com Registro fotográfico. As apresentações devem ter sido	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE	R\$900,00	R\$3.600,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



	29	4	DJ LOCAL I EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	realizadas exclusivamente no formato proposto no credenciamento. As apresentações devem ter sido realizadas exclusivamente em formato solo.	REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for o DJ)	R\$1.350,00	R\$5.400,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	30	14	DJ LOCAL II APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	DJ Local com experiência profissional comprovada através de 10 Contratos de Prestação de Serviços e Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for o DJ)	R\$1.900,00	R\$26.600,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	31	12	DJ LOCAL II EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL			R\$2.850,00	R\$34.200,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
OBJETO 6 - CORAL LOCAL	32	2	CORAL LOCAL I APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Coral Local com até 20 integrantes com histórico comprovado através de release detalhado com registro fotográfico e comprovação de atuação mínima de 2 anos no município de Itabirito.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Coral)	R\$5.000,00	R\$10.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	33	4	CORAL LOCAL II APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Coral Local com mais de 20 integrantes com histórico profissional comprovado através de release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO	R\$8.000,00	R\$32.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA

				em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 3). Deverá ser apresentada documentação que comprove existência do coral há mais de 10 anos	CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Coral)			
	34	4	CORAL LOCAL III APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Coral Local com mais de 40 integrantes com histórico profissional comprovado através de release detalhado com Registro fotográfico. Deverá ser apresentado publicações destacando o trabalho do grupo em mídias (portais, jornais, canais de televisão, emissoras de rádio, páginas de relevância em redes sociais) de alcance estadual ou nacional (no mínimo 5). Deverá ser apresentada documentação que comprove existência do coral há mais de 25 anos	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Coral)	R\$10.000,00	R\$40.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
CATEGORIA 7- BLOCO MUSICAL CARNAVALESCO LOCAL	35	4	BLOCO MUSICAL CARNAVALESCO LOCAL I APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Bloco Musical Carnavalesco com no mínimo 20 integrantes com histórico de atuação no município de mínimo de 2 anos comprovado através de release detalhado, registro fotográfico. Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante	R\$10.000,00	R\$40.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	36	14	BLOCO MUSICAL CARNAVALESCO LOCAL I EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL			R\$15.000,00	R\$210.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



				Municipal de Itabirito.	Legal não for integrante do Bloco)			
	37	6	BLOCO MUSICAL CARNAVALESCO LOCAL II APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Bloco Musical Carnavalesco com no mínimo 20 integrantes, 5 estandartes e/ou 1 boneco habitável, com histórico de atuação no município de mínimo de 5 (cinco) anos comprovado através de release detalhado e registro fotográfico. Necessária comprovação de processo de formação contínua, através da comprovação de 2 oficinas anuais de formação para no mínimo 5 (cinco) componentes do próprio bloco. As duas oficinas precisam ter sido ministradas entre 01 de janeiro de 2024 a 01 de fevereiro de 2025. As oficinas deverão ser comprovadas obrigatoriamente através de apresentação certificados assinados pelo instrutor e pelos participantes, lista de presença assinada pelo instrutor e registro fotográfico da oficina. Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura Municipal de Itabirito.		R\$15.000,00	R\$90.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	38	18	BLOCO MUSICAL CARNAVALESCO LOCAL II EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Bloco Musical Carnavalesco com no mínimo 20 integrantes, 5 estandartes e/ou 1 boneco habitável, com histórico de atuação no município de mínimo de 5 (cinco) anos comprovado através de release detalhado e registro fotográfico. Necessária comprovação de processo de formação contínua, através da comprovação de 2 oficinas anuais de formação para no mínimo 5 (cinco) componentes do próprio bloco. As duas oficinas precisam ter sido ministradas entre 01 de janeiro de 2024 a 01 de fevereiro de 2025. As oficinas deverão ser comprovadas obrigatoriamente através de apresentação certificados assinados pelo instrutor e pelos participantes, lista de presença assinada pelo instrutor e registro fotográfico da oficina. Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura Municipal de Itabirito.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Bloco)	R\$22.500,00	R\$405.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA

CATEGORIA 8 - GRUPO DE TEATRO LOCAL	39	1	ARTISTA SOLO DE TEATRO I APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Ator/Atriz local com histórico comprovado através release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for o Ator)	R\$2.000,00	R\$2.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	40	2	ARTISTA SOLO DE TEATRO II APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Ator/Atriz local com histórico profissional. O artista deverá comprovar experiência profissional através de 2 Contratos de Prestação de Serviços e Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for o ator)	R\$3.000,00	R\$6.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	41	2	GRUPO DE TEATRO LOCAL I APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo de Teatro local com histórico através release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Grupo)	R\$5.000,00	R\$10.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA

CATEGORIA 10 - COORPORAÇÕES MUSICAIS	42	6	GRUPO DE TEATRO LOCAL II APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo de Teatro local com histórico profissional. O Grupo deverá comprovar experiência profissional através de 2 Contratos de Prestação de Serviços e Release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 atual e 1 comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CLIPPING DETALHADO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Grupo)	R\$7.000,00	R\$42.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	43	2	CORPORAÇÃO MUSICAL LOCAL APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Corporação Musical local com histórico comprovado através release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 Atual E Um Comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante da Corporação)	R\$9.000,00	R\$18.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	44	12	CORPORAÇÃO MUSICAL LOCAL EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL			R\$13.500,00	R\$162.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
CATEGORIA 11 - GRUPO DE SERESTA	45	4	GRUPO DE SERESTA LOCAL APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo de Seresta Local com no mínimo 10 integrantes com histórico comprovado	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 Atual E Um Comprovando residência no	R\$5.000,00	R\$20.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



	46	2	GRUPO DE SERESTA LOCAL EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	através release detalhado com Registro fotográfico	município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Grupo)	R\$7.500,00	R\$15.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
CATEGORIA 12 - FANFARRA	47	1	GRUPO DE FANFARRA LOCAL APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Grupo de Fanfarra Local com no mínimo 15 integrantes com histórico comprovado através release detalhado com Registro fotográfico;	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 Atual E Um Comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Grupo)	R\$5.000,00	R\$5.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
CATEGORIA 13 - ESCOLA DE SAMBA LOCAL	48	1	ESCOLA DE SAMBA LOCAL APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Escola de samba com bateria de no mínimo 20 integrantes, 1 puxador de samba, 1 carro alegórico, 1 Mestre Sala, 1 Porta bandeira, com histórico de atuação no município de mínimo de 5 (cinco) anos comprovado através de release detalhado e registro fotográfico e documentos que comproven tal atuação.		R\$15.000,00	R\$15.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA
	49	2	ESCOLA DE SAMBA LOCAL EVENTO CARNAVAL OU JULIFEST APRESENTAÇÃO PRESENCIAL OU VIRTUAL	Apresentação poderá ser em cortejo ou palco e deverá ser realizada conforme orientação da Prefeitura Municipal de Itabirito. Quando for determinado pela Prefeitura Municipal de Itabirito que o show será realizado	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 Atual E Um Comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Grupo)	R\$22.500,00	R\$45.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



				em palco, fica dispensada a presença do carro alegórico.				
CATEGORIA 14 - ORQUESTRA MUSICAL LOCAL	50	2	ORQUESTRA LOCAL	Orquestra local com histórico comprovado de pelo menos 12 componentes através release detalhado com Registro fotográfico.	2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO DO ARTISTA (1 Atual E Um Comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses) RELEASE REGISTRO FOTOGRAFICO DA CARREIRA MUSICAL RIDER TÉCNICO CARTA DE EXCLUSIVIDADE (Se o Representante Legal não for integrante do Grupo)	R\$12.000,00	R\$24.000,00	APRESENTAÇÃO DE NF POR PESSOA JURIDICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025

(Processo Administrativo nº 282/2025)

ANEXO VI - FICHAS DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA
ITABIRITOPREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

CREDENCIAMENTO - BANDA, MÚSICO, DJ, DUPLA, TRIO, CORPORAÇÃO MUSICAL, FANFARRA, CORAL, ORQUESTRA, ESCOLA DE SAMBA, BLOCO CARNAVALESCO E GRUPO DE SERESTA

NOME DO ARTISTA OU GRUPO				
RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE				
CNPJ DA PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE				
TELEFONE DA PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE				
EMAIL DA PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE				
NOME DO REPRESENTANTE DO PROJETO MUSICAL				
TELEFONE DO REPRESENTANTE DO PROJETO MUSICAL				
EMAIL DO REPRESENTANTE DO PROJETO MUSICAL				
<u>ESTILO MUSICAL DO ARTISTA</u> (DESIGNAR APENAS 1 ESTILO)	<input type="checkbox"/> AXÉ/ARROCHA	<input type="checkbox"/> BLUES/JAZZ	<input type="checkbox"/> BANDA VINCULADA A BLOCO CARNAVALESCO	<input type="checkbox"/> BANDA VINCULADA A BLOCO CARNAVALESCO INFANTIL
	<input type="checkbox"/> BLOCO CARNAVALESCO	<input type="checkbox"/> BLOCO CARNAVALESCO INFANTIL	<input type="checkbox"/> CORAL	<input type="checkbox"/> CORPORAÇÃO MUSICAL
	<input type="checkbox"/> DJ ELETRÔNICA/TRANCE	<input type="checkbox"/> DJ OPEN FORMAT (FORMATO ABERTO - VÁRIOS ESTILOS)	<input type="checkbox"/> ERUDITO/ÓPERA	<input type="checkbox"/> FANFARRA
	<input type="checkbox"/> FORRÓ	<input type="checkbox"/> FREVO/MARCHINHA	<input type="checkbox"/> GRUPO DE SERESTA	<input type="checkbox"/> INFANTIL
	<input type="checkbox"/> MPB/BOSSA NOVA	<input type="checkbox"/> POP/SOUL MUSIC/ROCK	<input type="checkbox"/> RAP/HIP-HOP/FUNK	<input type="checkbox"/> RELIGIOSO
	<input type="checkbox"/> SAMBA/PAGODE	<input type="checkbox"/> SAMBA DE RAIZ/CHORO	<input type="checkbox"/> SERTANEJO	<input type="checkbox"/> ORQUESTRA
<u>REPRESENTATIVIDADE SOCIAL</u> (DESIGNAR APENAS 1 REPRESENTATIVIDADE SOCIAL)	<input type="checkbox"/> FEMININA	<input type="checkbox"/> AFROBRASILEIRA	<input type="checkbox"/> EVANGÉLICO	<input type="checkbox"/> CATÓLICO
	<input type="checkbox"/> RELIGIOSIDADE DE MATRIZES ARICANAS	<input type="checkbox"/> INDÍGENA	<input type="checkbox"/> LGBTQIA+	<input type="checkbox"/> NÃO SE APLICA



	() OUTROS (DESCREVER QUAL):		
DESIGNAR CATEGORIA E NÍVEL (MÚSICO, DUPLA, TRIO, BLOCO, BANDA CORPORAÇÃO MUSICAL, CORAL, DJ, GRUPO DE SERESTA OU FANFARRA) / EX.: BANDA LOCAL I	FORMATO ARTÍSTICO: (_____)	NÍVEL (_____)	() NÃO SE APLICA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL (PARA GRUPO DE SERESTA, FANFARRA E BLOCO MUSICAL CARNAVALESCOS)
<p>VOCALISTAS DO PROJETO ARTÍSTICO: Um mesmo vocalista só poderá se apresentar em 3 (três) projetos diferentes dentro da mesma categoria (dupla, trio, banda, bloco musical carnavalesco, etc) perante este edital;</p> <p>Todos os trabalhos artísticos deverão indicar na ficha de inscrição os seus vocalistas indicando nome completo e CPF. Durante a vigência deste edital, apenas os vocalistas indicados na ficha de inscrição poderão se apresentar com o trabalho artístico credenciado;</p> <p>Este item não abrange Corais e Grupos de Seresta;</p> <p>NOME VOCALISTA 1: _____ CPF: _____</p> <p>NOME VOCALISTA 2: _____ CPF: _____</p> <p>NOME VOCALISTA 3: _____ CPF: _____</p> <p>NOME VOCALISTA 4: _____ CPF: _____</p> <p>NOME VOCALISTA 5: _____ CPF: _____</p>			
<p>1) 2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO (1 Atual E Um Comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses); 2) RELEASE E REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA MUSICAL; 3) RIDER TÉCNICO; 4) CLIPPING DETALHADO; 5) CARTA DE EXCLUSIVIDADE ASSINADA POR TODOS INTEGRANTES DA BANDA (Se o Representante Legal não for o músico/ator/artista/integrante); 6) CARTA DE REPRESENTATIVIDADE ASSINADA POR TODOS INTEGRANTES DA BANDA (SE FOR O CASO); 7) CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL COMPROVANDO O DOMICÍLIO ELEITORAL EM ITABIRITO DO REPRESENTANTE DO PROJETO MUSICAL;</p>			
<p>O Artista e/ou Grupo aceitam e concordam com todos os termos do Edital de Credenciamento. O formulário de Inscrição deve ser obrigatoriamente preenchido e assinado.</p> <p>ITABIRITO, ____/____/____</p> <p>_____ ASSINATURA</p>			

PREFEITURA
ITABIRITOPREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

CREDENCIAMENTO - ATORES E GRUPOS DE TEATRO

NOME DO ARTISTA OU GRUPO				
RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE				
CNPJ DA PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE				
TELEFONE DA PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE				
EMAIL DA PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE				
NOME DO REPRESENTANTE PROJETO ARTISTICO				
TELEFONE DO REPRESENTANTE DO PROJETO ARTISTICO				
EMAIL DO REPRESENTANTE DO PROJETO ARTISTICO				
REPRESENTATIVIDADE SOCIAL (DESIGNAR APENAS 1 REPRESENTATIVIDADE SOCIAL)	() FEMININA	() AFROBRASILEIRA	() EVANGÉLICO	() CATÓLICO
	() RELIGIOSIDADE DE MATRIZES ARICANAS	() INDÍGENA	() LGBTQIA+	() NÃO SE APLICA
	() OUTROS (DESCREVER QUAL):			
DESIGNAR CATEGORIA E NÍVEL (ARTISTA SOLO E GRUPO DE TEATRO). EX.: ARTISTA LOCAL DE TEATRO II	FORMATO ARTÍSTICO: ()		NÍVEL ()	

- 1) 2 COMPROVANTES DE ENDEREÇO (1 Atual E Um Comprovando residência no município de no mínimo há 6 meses);
2) RELEASE E REGISTRO FOTOGRÁFICO DA CARREIRA ARTÍSTICA;
3) RIDER TÉCNICO;
4) CLIPPING DETALHADO;
5) CARTA DE EXCLUSIVIDADE ASSINADA POR TODOS INTEGRANTES DA BANDA (Se o Representante Legal não for o músico/ator/artista/integrante);
6) CARTA DE REPRESENTATIDADE ASSINADA POR TODOS INTEGRANTES DA BANDA (SE FOR O CASO);
7) CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL COMPROVANDO O DOMICÍLIO ELEITORAL EM ITABIRITO DO REPRESENTANTE DO PROJETO MUSICAL;

O Artista e/ou Grupo aceitam e concordam com todos os termos do Edital de Credenciamento.
O formulário de Inscrição deve ser obrigatoriamente preenchido e assinado.

ITABIRITO, ____/____/____

ASSINATURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025

(Processo Administrativo nº 282/2025)

ANEXO VII - MODELO DE CARTA DE REPRESENTATIVIDADE

NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE PARA CONTATO: _____

E-MAIL (OBRIGATÓRIO): _____

Em conformidade com o art. 74, inciso II, da Lei Federal nº: 14.133, de 1º de Abril de 2021 (Lei de Licitações) e alterações posteriores, para todos os fins de direitos e obrigações, concedo a presente DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO para fins de representação de artista individual ou do grupo artístico perante ao Município de Itabirito, podendo o(a) representante aqui constituído(a) apresentar propostas, participar das reuniões relativas ao processo acima, manifestar-se em nome do artista/grupo, desistir e interpor recursos, apresentar projetos culturais referentes a espetáculos artísticos, requerer, assinar contratos e outros instrumentos jurídicos similares, receber valores financeiros referentes à cachês artísticos, emitir notas fiscais e recibos de quitação, com recolhimento dos tributos previstos na legislação vigente, permitindo ao Município de Itabirito a total fiscalização, por todos os meios cabíveis, da efetiva realização da prestação de serviço a ser contratada.

DADOS DO PROPONENTE (REPRESENTANTE PESSOA FÍSICA): Nome completo, brasileiro, (.../Profissão), portador da cédula de identidade RG: (...) SSP/..., inscrito no CPF/MF sob o no.: (...), residente e domiciliada à Rua (...), no: (...), Bairro (...), Município de..., Estado do.....

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Declarante



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025

(Processo Administrativo nº 282/2025)

ANEXO VIII - MODELO DE CARTA DE EXCLUSIVIDADE

NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE PARA CONTATO: _____

E-MAIL (OBRIGATÓRIO): _____

Declaramos para os devidos fins, em especial, os constantes do inciso II do artigo 74, da Lei Federal n. 14.133 DE 1º de Abril de 2024, que (NOME DOS INTEGRANTES), é responsável pelos integrantes do (NOME DO GRUPO, DUPLA, ETC) cedemos a exclusividade de contratação para apresentação de apresentação artística/musical para a (NOME DA EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/MEI), inscrita no CNPJ/MF sob n. _____, estabelecida nesta cidade de (nome da cidade) na rua _____, Nº _____, bairro _____.

Por ser expressão da verdade, firmamos.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Declarante



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025

(Processo Administrativo nº 282/2025)

ANEXO IX - CALENDÁRIO DE EVENTOS PREVISTOS

SEMCULT:

JANEIRO A FEVEREIRO/26

Festividades de Carnaval

MARÇO A JUNHO/2026

Eventos em planejamento

Sermão do Monte

Marcha para Jesus

Festival Gastronômico

JULHO/26

Julifest

SETEMBRO/26

Aniversário da Cidade

Festa do Pastel de Angu

Fest Gospel

Feira do Livro de Itabirito

NOVEMBRO E DEZEMBRO/26

Semana da Consciência Negra

Natal Iluminado

SEMEL:**MARÇO/26**

3º Golden Biker XCO

ABRIL/26

Itabirito Trail Run

MAIO/26

4º Desafio Noturno

JUNHO/26

5º Torneio de Truco

JULHO/26

Pequenos Gigantes

AGOSTO/26

Golden Biker XCM

SETEMBRO/26

6º Meia Maratona Irenice Maria Rodrigues

OUTUBRO/26

4ª Mega Caravana do Lazer

1ª Virada Esportiva

NOVEMBRO/26

Destaque Esportivo

*Outras demandas de Gabinete e demais secretarias da Prefeitura, bem como apoio e parcerias.

*Eventos poderão ser realizados virtualmente ou presencialmente, podendo sofrer alterações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 202/2025

(Processo Administrativo nº 282/2025)

ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CO RESIDÊNCIA

Eu, _____ CPF nº _____, declaro para os devidos fins, junto a Prefeitura Municipal de Itabirito e Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo, que o intérprete _____ CPF nº _____, é domiciliado no endereço de minha moradia, no endereço citado abaixo. Em anexo encaminho comprovante de meu domicílio. Declaro ainda para todos os fins de direito perante as leis vigentes que a informação aqui prestada é de minha inteira responsabilidade, podendo, a qualquer momento, ser comprovada, inclusive em diligência dos órgãos municipais.

Endereço Completo:

Cidade:

Estado:

CEP:

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Código Penal: Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante - pena de reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Declarante de Co Residência